



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS  
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

**ISABELLE DE SOUSA CAVALCANTE**

**ANÁLISE DE PARÂMETROS DA INTERTEXTUALIDADE NAS  
REDAÇÕES NOTA MÁXIMA DO ENEM**

**ACARAPE – CEARÁ**

**2025**

**ISABELLE DE SOUSA CAVALCANTE**

**ANÁLISE DE PARÂMETROS DA INTERTEXTUALIDADE NAS  
REDAÇÕES NOTA MÁXIMA DO ENEM**

Monografia apresentada ao Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito necessário para a obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre.

**ACARAPE – CEARÁ**

**2025**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Cavalcante, Isabelle de Sousa.

C364a

Análise de parâmetros da intertextualidade nas redações nota máxima do ENEM / Isabelle de Sousa Cavalcante. - Redenção, 2025. 109f: il.

Monografia - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literaturas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025. Orientador: Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre.

1. Intertextualidade. 2. Repertório sociocultural. 3. Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil) - Avaliação. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 469.8

---

**ISABELLE DE SOUSA CAVALCANTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado ao Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte das exigências para a obtenção do título de Docente em Língua Portuguesa

**Aprovado em: 02 de junho 2025**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre

(Orientador)

---

Prof. Me. Walnyse Maria Rodrigues Gonçalves

(Examinador/a)

---

Prof. Me. Antônia Karoline Oliveira de Sousa

(Examinador/a)

## **AGRADECIMENTOS**

Uma boa rede de apoio pode nos levar a lugares que jamais ousaríamos sonhar. Hoje, agradeço primeiramente a Deus, meu protetor e redentor.

Aos meus pais, Antoniêta e Paulo, por nunca medirem esforços para que eu pudesse realizar meus sonhos e por sempre priorizarem a educação. À minha avó, pelo carinho, amor e colo como nenhum outro – você é, e sempre será, o meu lar.

Ao meu noivo, por ser meu fã número um e aplaudir cada conquista na primeira fila, me motivar constantemente a dar o melhor de mim – acreditar nisso e provar a cada dia que eu posso ir ainda mais longe. Amo você.

Aos amigos que me acompanharam durante a jornada acadêmica me dando também o apoio emocional necessário a cada dia, em especial, à minha amiga de infância, escola e vida, Luana, estamos juntas em mais uma etapa - e para sempre.

Ao excelentíssimo orientador Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre, por todo o conhecimento compartilhado. Sem dúvidas, este trabalho não seria o mesmo sem o seu apoio e orientação.

Por fim, à Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, pela oportunidade de ingressar e contribuir com as pesquisas na área da linguística, e a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica. Obrigada a todos!

## RESUMO

Esta monografia investiga os parâmetros da intertextualidade em redações nota máxima do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com ênfase na análise da pertinência e coerência conceitual das referências socioculturais mobilizadas pelos candidatos. O estudo parte da constatação de que, embora o ENEM valorize o uso de repertório sociocultural como estratégia argumentativa, é recorrente a presença de deslocamentos conceituais e usos superficiais de autores consagrados. Com base em uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, a pesquisa examina 58 redações nota 1000, selecionadas da Cartilha do Participante do INEP, produzidas entre os anos de 2016 e 2023 (exceto 2020). A análise fundamenta-se no quadro teórico-metodológico de Nobre (2014), que propõe cinco parâmetros intertextuais — funcional, formal, referencial, composicional e constitucional —, com foco nos três primeiros, e nas contribuições de Forte (2013), que trata das funções textual-discursivas da citação, da referência e da alusão. Identificam-se também usos ornamentais e desvios conceituais que comprometem a qualidade argumentativa, revelando fragilidades na apropriação crítica do discurso citado. Os resultados evidenciam, majoritariamente, o predomínio de citações explícitas com função de argumento de autoridade, ainda que, em parte significativa, essas sejam empregadas de forma genérica ou deslocada em relação ao eixo temático. A pesquisa contribui, sobretudo, para a reflexão sobre o uso recorrente de repertórios previamente legitimados e amplamente difundidos, que, ao serem acionados de modo acrítico, tendem a limitar a construção de uma argumentação autoral e coerente com o tema proposto. Ainda que tangencie aspectos do ensino da escrita, a principal contribuição do estudo reside na análise crítica desses padrões intertextuais que, embora valorizados nas práticas avaliativas, nem sempre favorecem a autenticidade discursiva exigida em contextos formativos.

**Palavras-chave:** Intertextualidade; ENEM; Redações; Nota Máxima; Repertório Sociocultural.

## ABSTRACT

This monograph investigates the parameters of intertextuality in essays that scored top marks in the National High School Exam (ENEM), with an emphasis on analyzing the relevance and conceptual coherence of the sociocultural references used by the candidates. The study starts from the observation that, although ENEM values the use of sociocultural repertoire as an argumentative strategy, the presence of conceptual displacements and superficial uses of established authors is recurrent. Based on a qualitative, descriptive-analytical approach, the research examines 58 essays scoring 1000, selected from the INEP Participant's Booklet, produced between 2016 and 2023 (except 2020). The analysis is based on the theoretical-methodological framework of Nobre (2014), who proposes five intertextual parameters - functional, formal, referential, compositional and constitutional - focusing on the first three, and on the contributions of Forte (2013), who deals with the textual-discursive functions of citation, reference and allusion. There were also ornamental uses and conceptual deviations that compromised the argumentative quality, revealing weaknesses in the critical appropriation of the candidate's discourse. The results show that there is a predominance of explicit quotations with the function of an argument from authority, although a significant proportion of these are used in a generic way or are dislocated in relation to the thematic axis. There are also ornamental uses and conceptual deviations that compromise the argumentative quality, revealing weaknesses in the critical appropriation of the quoted discourse. The research contributes, above all, to reflection on the recurrent use of previously legitimized and widely disseminated repertoires which, when used uncritically, tend to limit the construction of an authorial argument that is coherent with the proposed theme. Although it touches on aspects of the teaching of writing, the study's main contribution lies in the critical analysis of these intertextual patterns which, although valued in assessment practices, do not always favor the discursive authenticity required in formative contexts.

**Keywords:** Intertextuality; ENEM; Essays; Maximum Score; Sociocultural Repertoire.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Hierarquização de parâmetros subjacentes às relações intertextuais .....	30
Figura 2 - Funções textual-discursivas da citação .....	35
Figura 3 - Quadro de funções textual- discursivas da referência.....	39

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Universo e Amostra da Pesquisa .....	41
Quadro 2 - Amostra de Análise do Parâmetro Referencial das Redações .....	46
Quadro 3 - Amostra de Análise do Parâmetro Formal das Redações .....	50

## LISTA DE EXEMPLOS

Exemplo 1– Redação com o tema “Invisibilidade e Registro Civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil” ENEM 2021 .....	55
Exemplo 2– Redação com o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” ENEM 2017 .....	57
Exemplo 3– Redação com o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” ENEM 2023.....	59
Exemplo 4 - Redação com o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” ENEM 2016 .....	61
Exemplo 5– Redação com o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet” ENEM 2018.....	63
Exemplo 6- Redação com o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet” ENEM 2018.....	66
Exemplo 7– Redação com o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” ENEM 2017 .....	67
Exemplo 8– Redação com o tema “Democratização do acesso ao cinema no Brasil” ENEM 2019.....	70
Exemplo 9- Redação com o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” ENEM 2023.....	72
Exemplo 10- Redação com o tema “Democratização do acesso ao cinema no Brasil” ENEM 2019.....	75

## **LISTA DE APÊNDICE**

APÊNDICE A - QUADRO ANALÍTICO DOS PARÂMETROS REFERENCIAL E FORMAL .....	84
---	----

## Sumário

Entre Linhas e Intenções .....	13
2 A Redação no ENEM: Finalidades Avaliativas e Práticas de Argumentação .....	17
2.1 A Relevância do ENEM e seus Critérios Avaliativos .....	17
2.2 A Relevância do Repertório Sociocultural como Estratégia Argumentativa .....	21
3 Entre Textos: A Intertextualidade e suas Ramificações .....	24
3.1 Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade Explícita e Implícita .....	24
3.2 Parâmetros Intertextuais .....	28
3.3 Funções Textual-Discursivas da Citação .....	33
3.3.1 Funções Textual-Discursivas da Referência e da Alusão .....	36
4 O Caminho Percorrido: Traçando a Metodologia .....	40
5 INTERSECÇÕES E INSIGHTS .....	44
5.1 Análise do Parâmetro Referencial .....	45
5.2 Parâmetro Formal .....	49
5.3 Análise do Parâmetro Funcional .....	54
5.3.1 Parâmetro Funcional de Captação por Convergência com Função de Argumento de Autoridade .....	54
5.3.2 Parâmetro Funcional de Subversão para Generalização com Função de Ornamentação Textual .....	58
5.3.3 Parâmetro Funcional de Subversão para Vulgarização Conceitual com Função de Ornamentação Textual .....	70
5.3.4 Parâmetro Funcional de Subversão Anacrônica com Função de Ornamentação Textual .....	74
6 Pontos de Chegada: Síntese e Novos Horizontes .....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	80
APÊNDICES .....	84

## ENTRE LINHAS E INTENÇÕES

Nos últimos anos, os instrumentos de avaliação externa, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) consolidou como um dos principais instrumentos de avaliação externa no Brasil, influenciando diretamente as práticas de ensino e aprendizagem no Ensino Médio. Entre as competências exigidas na prova de redação, destaca-se a capacidade de mobilizar repertórios socioculturais como forma de sustentar argumentos e enriquecer a construção do texto dissertativo-argumentativo. Essa valorização enfatiza uma preocupação com a formação de cidadãos críticos, capazes de dialogar com diferentes áreas do conhecimento e com o contexto social em que estão inseridos. No entanto, embora essa competência tenha ganhado espaço nos critérios de avaliação, ainda é possível identificar fragilidades recorrentes no modo como os candidatos acionam e articulam esses repertórios dos anos.

Cabe ainda destacar que, recentemente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tem sinalizado uma mudança de postura quanto ao uso dos chamados “repertórios socioculturais de bolso”<sup>1</sup> na redação do Enem, orientando os avaliadores a atentarem-se com maior rigor a esse tipo de referência. Essa atenção redobrada pode estar relacionada à crescente disseminação de modelos prontos de redação e de repertórios memorizados, amplamente compartilhados em plataformas digitais e cursos preparatórios, o que levanta discussões sobre a originalidade e a autoria dos textos apresentados. Diante disso, é relevante ressaltar que esta pesquisa se baseia nos parâmetros de avaliação disponíveis até o ano de 2023, uma vez que a cartilha oficial do Enem de 2025, com redações exemplares do ano de 2024, ainda não foi publicada até o momento da efetivação deste trabalho. Assim, eventuais alterações nos critérios de avaliação mais recentes não puderam ser contempladas na presente análise.

---

<sup>1</sup> Reportagem do G1 informa que o Inep passará a punir candidatos que utilizarem “repertório de bolso” – termo cunhado por eles. A medida busca valorizar a autenticidade e a pertinência das referências utilizadas pelos participantes

Além disso, conforme já apontado por Oliveira (2017), observa-se uma orientação recorrente nos processos de ensino da escrita voltados ao Exame Nacional do Ensino Médio: os alunos são orientados a evitar a subjetividade em suas redações, adotando uma postura impessoal e neutra, conforme diretrizes presentes em manuais de avaliação, como o da matriz de referência do ENEM (2013). Como consequência, essa orientação pode levar à reificação da escrita, afastando o sujeito do seu próprio discurso e dificultando a expressão de posicionamentos críticos e autorais. Ademais, a ausência de ensino sobre como referenciar adequadamente as ideias alheias, contribui para a reprodução do discurso sem a devida legitimidade. Dessa forma, ao concluir sua análise, Oliveira (2017) defende a importância de que o ensino da escrita inclua, de maneira sistemática, práticas que envolvem o uso consciente de recursos linguísticos capazes de equilibrar objetividade e subjetividade, bem como de referenciar adequadamente o discurso do outro. Para o autor, tais práticas são essenciais não apenas para o domínio técnico da produção textual, mas sobretudo, para a constituição da autoria e o desenvolvimento de uma argumentação crítica, aspectos indispensáveis à formação de sujeitos capazes de intervir discursivamente na sociedade.

Esse cenário reflete uma tensão entre as exigências na avaliação e a formação efetiva do sujeito produtor do texto. Apesar do incentivo à pluralidade de vozes e à construção de um discurso crítico e autoral, muitas práticas escolares ainda se apoiam em fórmulas rígidas e estratégias voltadas unicamente ao desempenho na prova. Como resultado, é comum encontrar, em redações com nota máxima, uso de citações com elevado valor de autoridade, aplicadas de modo deslocado em relação ao eixo temático da proposta, revelando mais uma tentativa de atender aos critérios avaliativos do que uma real apropriação dos saberes. Essa contradição é especialmente problemática quando se considera o objeto formativo da educação, centrado na produção de sentidos.

Diante disso, formula-se a seguinte questão de pesquisa: como os candidatos que obtêm nota máxima no ENEM mobilizam a intertextualidade como operador argumentativo em suas redações? A partir dessa indagação, busca-se compreender os mecanismos discursivos utilizados para garantir coesão, coerência e impacto argumentativo, especialmente no que se refere à adequação e à relevância das vozes citadas.

Assim, esta pesquisa se propõe a analisar criticamente o uso do repertório sociocultural nas redações nota 1000 do ENEM, com foco nos variados graus de incoerência entre o autor citado e a tese defendida, caracterizando um deslocamento conceitual. O estudo tem como objetivo investigar como essas referências são utilizadas pelos candidatos e em que medida elas contribuem (ou não) para a construção de uma argumentação consistente e pertinente, compreender como tais escolhas impactam a qualidade argumentativo dos textos especialmente quando o repertório da mobilidade de forma genérica ou deslocada.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva-analítica, voltada à investigação de recursos intertextuais em textos dissertativo-argumentativos. A partir dos referenciais teóricos de Nobre (2014) e Forte (2013), a análise considera as dimensões funcional, formal e referencial da intertextualidade, com ênfase na identificação nos graus de incoerências conceituais entre os autores citados e argumentos desenvolvidos.

A relevância da pesquisa reside na possibilidade de contribuir para o debate de como as referências socioculturais são mobilizadas em redações nota máxima do ENEM, com especial atenção aos casos em que, apesar de aparentarem ter adequação temática, apresentam incoerência conceitual. Ao identificar e discutir esses deslocamentos, o estudo contribui para o aprofundamento das reflexões sobre a qualidade argumentativa exigida pela prova e sobre a forma como os repertórios utilizados. Dessa maneira, a pesquisa não apenas evidencia o uso superficial de autores consagrados, mas também lança luz sobre os limites entre pertinência temática e coerência conceitual no contexto da produção textual dissertativo-argumentativa. Assim como apontam OLIVEIRA, SILVA e COSTA (2021), há uma recorrência de repertórios baseados em filósofos e sociólogos clássicos, como Aristóteles e Hannah Arendt, aplicados de formas genéricas ou conceitualmente inadequadas. Tornando-se relevante para a presente pesquisa, que também observa os deslocamentos conceituais mobilizados pelos candidatos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, o trabalho está estruturado em seis capítulos. No segundo, apresenta-se uma reflexão sobre a redação do ENEM, com destaque para suas finalidades avaliativas e práticas de argumentação. São discutidas as cinco competências exigidas na prova, bem como a evolução do exame ao longo dos anos, especialmente após sua consolidação como principal porta de entrada para o ensino

superior. Também se aborda a importância do repertório sociocultural como estratégia de fortalecimento argumentativo. O terceiro capítulo é dedicado à base teórica, que reúne os conceitos de dialogismo, polifonia e intertextualidade — em suas formas explícita e implícita — à luz de autores como Bakhtin (1992), Koch, Bentes e Cavalcante (2007) e Pires (2002). Nesse capítulo, são discutidos ainda os parâmetros intertextuais propostos por Nobre (2014), que servem de suporte para a análise do *corpus*, bem como as funções discursivas da citação, da referência e da alusão segundo Forte (2013), com ênfase nas funções de argumento de autoridade e ornamentação textual. O quarto capítulo trata da metodologia empregada, explicitando o tipo de pesquisa, o *corpus*, os critérios de seleção das redações e os procedimentos analíticos. O quinto capítulo apresenta a análise das redações selecionadas, com base nos parâmetros, referencial, formal e funcional da intertextualidade, destacando intersecções e inferências relevantes. Por fim, no sexto capítulo, são expostas as considerações finais, com a retomada dos principais achados e sugestões para pesquisas futuras.

## **2 A REDAÇÃO NO ENEM: FINALIDADES AVALIATIVAS E PRÁTICAS ARGUMENTATIVAS**

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desempenha um papel significativo no cenário educacional brasileiro, sendo a redação um dos principais instrumentos de avaliação. Neste capítulo, discutem-se as mudanças pelas quais o exame passou ao longo dos anos, os critérios avaliativos e a importância do repertório sociocultural na construção da argumentação dos candidatos. Esses aspectos fundamentam a análise, portanto, o vestibular constitui o marco inicial da investigação e da construção de informações que dela se origina.

### **2.1 A Relevância do ENEM e seus Critérios Avaliativos**

Inicialmente, o exame foi criado em 1998, no primeiro mandato governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com o intuito de avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil após o término da escolaridade básica. O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira) elaborou uma prova composta por questões objetivas e redação para coletar dados sobre como estes indivíduos estavam concluindo sua trajetória na base comum.

Após a posse do novo presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007) progredindo consideravelmente no mandato de Dilma Rousseff (2011-2016), sua sucessora, o ENEM passou por diversas inovações em sua estrutura e acesso, envolvendo alguns corpos institucionais ao longo dos anos, como instituições de Ensino Superior. O exame se tornou o principal meio para ingresso nas universidades, especialmente com a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que em 2010 alcançou sua gratuidade para garantir que o sistema fosse acessível a todos. Para além de instituições federais, os programas de financiamento como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) oferecem financiamentos com juros baixos para estudantes de baixa renda. E o PROUNI (Programa Universidade para Todos) que concede bolsas de estudo integrais ou parciais, viabilizam o acesso a instituições particulares. O exame também proporcionou a implementação de políticas de acesso, como o sistema de cotas com o objetivo de promover a inclusão social para favorecer aqueles que, devido a barreiras socioeconômicas e históricas, enfrentam maiores dificuldades ao acesso à educação e ao mercado de trabalho. As cotas atendem a pessoas negras, indígenas, de baixa renda e com

deficiência. Garantindo assim, o acesso dessas populações ao ensino superior e outros setores da sociedade.

Consonante a esses fatores, o formato do exame foi reformulado em 2009 para contemplar questões interdisciplinares, além de alterações nas competências da redação que passa a assumir um papel mais integrador e determinante na avaliação. Essa reformulação permitiu que os avaliadores analisassem não apenas a qualidade da escrita do aluno, mas sua capacidade crítica de argumentação, construção e organização de ideias, trazendo referências culturais para embasar seus argumentos. A partir dessas e de outras mudanças supracitadas, como o exame ser o principal instrumento para ingresso em universidades e assumir um papel central nos processos seletivos. Nesse novo modelo, a redação passou a representar até 20% da nota total em alguns processos seletivos, com peso igual ou superior ao das áreas objetivas. Essa valorização conferiu à produção textual um caráter decisivo, exigindo do candidato não apenas domínio da norma culta, mas também a capacidade de argumentação crítica, coesão e autoria.

O MEC definiu, em 2013, a Matriz de Referência, documento que orienta o que deve ser avaliado nas provas do Enem, funcionando como guia para professores, estudantes e escolas, em uma nova versão do guia do participante. A apresentação da nova versão do documento contou com novos critérios de avaliação para a redação, dentre elas, o aumento de avaliadores, capacitação para avaliar de acordo com as novas exigências e a apresentação das cinco competências para a avaliação da redação. O INEP disponibilizou, em 2019, para acesso livre, o manual de correção da redação para cada competência, sendo subdivididas em 5. Assim, podemos analisar como a correção é feita de modo efetivo.

A competência I, exige-se o “domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa” Brasil (2019, p. 8). Este critério é avaliado de acordo com as regras de ortografia, acentuação, uso de hífen, separação silábica e o uso adequado de letras maiúsculas e minúsculas, contribuindo para o uso efetivo da escrita formal, segmentando “a avaliação da competência I em dois momentos: num primeiro, observaremos a estrutura sintática e, num segundo, os desvios” Brasil (2019, p. 9). Ou seja, como as frases são organizadas e articuladas no texto e os possíveis desvios gramaticais que podem comprometer a clareza ou a norma padrão da língua portuguesa. Ao final, são atribuídos níveis para cada análise, conforme a pontuação obtida; precário, quando a redação que

recebe 0 pontos; insuficiente, com atribuição de 80 pontos; mediano, ao atingir 120 pontos; bom, quando avaliado em 160 pontos; e excelente, quando o candidato cumpre todos os critérios atribuídos para a competência, resultando em 200 pontos. Desse modo, os níveis atribuídos a essa e as demais competências refletem não apenas o desempenho pontual do candidato, mas também o grau de domínio das habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica. De acordo com as orientações do Guia de Correção da Redação do ENEM (Brasil 2019, p. 77). O corretor deve avaliar “o que está mais evidente na superfície textual”, devendo “observar aquilo que foi ensinado ao longo de anos de escolarização e consolidado no término do Ensino Médio”

Por conseguinte, na competência II exige-se que o candidato compreenda “a proposta da redação e aplicar conceitos de várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” Brasil (2019, p. 6). Alcançando 200 pontos a redação que “desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo” Brasil (2019, p. 6). Assim, se estabelecem critérios específicos para correção, considerando a abordagem completa do tema e se o repertório sociocultural foi utilizado de modo produtivo para a construir a argumentação. Sendo este, objeto da pesquisa desenvolvida.

Estabelecendo relação com a competência anterior, e as demais a serem apresentadas, a competência III exige que o candidato possa “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista” Brasil (2019, p. 7). Esse critério avaliativo exige que o candidato seja estratégico e coerente na seleção de informações que vai organizar no corpo do texto, estabelecendo fluidez durante a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Nesse processo, não se espera apenas a mobilização de repertórios socioculturais de forma aleatória, mas sim a escolha consciente de discussões que sejam pertinentes ao tema, relacionando-se ao ponto de vista defendido. Além disso, espera-se que o candidato não se limite a uma única referência, mas mobilize todas as informações imprescindíveis para a abordagem completa da proposta. Com base nesses aspectos, as redações são analisadas nos cinco níveis anteriormente descritos, de acordo com o grau de domínio demonstrado em cada competência.

Em consonância, a competência IV exige-se que o candidato demonstre “conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação” Brasil (2019, p. 19). Esse critério avaliativo está relacionado ao domínio da coesão textual, ou seja, ao uso adequado de elementos que garantem a ligação entre as partes do texto, promovendo clareza e continuidade no desenvolvimento de ideias. São esses, conectivos lógicos, pronomes, advérbios e demais mecanismos responsáveis por articular os argumentos. Em consonância com as outras competências nesta não se avalia apenas a presença dos elementos coesivos, mas também a maneira que são empregados para sustentar e relacionar ideias, contribuindo para uma avaliação com propósito.

O último eixo avaliativo proposto pelo exame avalia a capacidade do candidato de “elaborar uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos” Brasil (2019, p. 5). Essa competência exige que o participante apresente uma solução viável, detalhada e pertinente ao tema discutido, demonstrando responsabilidade ética e social. A proposta de intervenção deve conter, preferencialmente, cinco elementos fundamentais: ação, agente, modo/meio de execução, efeito e detalhamento. Esses elementos garantem a completude da proposta e evidenciam a maturidade crítica do autor em relação à realidade social. Assim, a pontuação máxima nesse critério é atribuída ao candidato que apresenta uma intervenção bem estruturada, com soluções específicas e exequíveis, que dialogam diretamente com os argumentos desenvolvidos ao longo do texto e que demonstram consciência social dentro dos marcos legais e éticos.

Ao adotar uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, o ENEM não apenas verifica o grau de proficiência do candidato, mas avalia competências consideradas essenciais para o desenvolvimento de um pensamento crítico e social. Ter um vestibular com esse perfil no Brasil é de extrema relevância, pois ele promove uma avaliação alinhada às demandas sociais e educacionais contemporâneas, além de contribuir para a valorização de saberes diversos e a ampliação ao acesso ao ensino superior.

Deste modo, as reformulações pelas quais o ENEM passou foram fundamentais para ampliar as concepções de avaliação, permitindo que aspectos como o repertório sociocultural passassem a ser criteriosamente observados. A inclusão de competências relacionadas à argumentação, à criticidade e ao uso consciente de referências culturais favoreceu uma análise mais abrangente do desempenho dos candidatos. Nesse sentido, o uso estratégico do repertório sociocultural ganha centralidade, especialmente no que se

refere à construção de argumentos. A seguir, discute-se a relevância desse recurso na sustentação do ponto de vista, destacando seu papel como indicador aprofundamento temático no texto dissertativo-argumentativo.

## **2.2 A Relevância do Repertório Sociocultural como Estratégia Argumentativa**

De acordo com o Artigo 3º da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, a valorização da experiência extraescolar se torna imprescindível pois “nessa categoria se incluem todas as atividades extraletivas de aprendizagem sociocultural que incidem no desempenho escolar” e “a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”. (BRASIL, 1996, Art. 3º). Nesse sentido, compreendemos que o aprendizado não se limita apenas ao âmbito escolar, mas se perpetua em torno de vivências fora da sala de aula, como em experiências já citadas. A partir disso, os sistemas de ensino atribuíram mais valor à cultura e a práticas sociais que impactam positivamente no aprendizado do indivíduo, ultrapassando os limites da leitura e escrita mecanicista, assumindo um papel transformador na formação dos sujeitos. Ao estimular a análise e o questionamento das estruturas sociais vigentes, promove-se o desenvolvimento de uma consciência crítica voltada para a identificação das desigualdades e injustiças que permeiam a sociedade. Buscando formar cidadãos ativos e capazes de propor soluções e se engajarem em ações concretas que contribuam para a construção de um mundo mais igualitário. Assim como propõe a LDB “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” (BRASIL, 1996, Art. 1º).

Portanto, as novas mudanças atribuídas aos critérios avaliativos, subdivididos em competências, valorizam o repertório cultural e a posição dos discentes como seres letrados e capazes de desenvolver opiniões críticas sobre a sociedade em que estão inseridos. Assim, percebemos que a avaliação traz um viés de competências críticas, buscando não apenas analisar a capacidade de escrever, mas a habilidade de argumentar de forma coerente. O exame também considera a interdisciplinaridade um ponto chave para a redação. Ao incluir referências culturais, os candidatos podem correlacionar saberes, informações e conhecimentos adquiridos em outras áreas, o que contribui para construção de uma visão mais ampla e fundamentada sobre o do tema proposto e

demonstram mais aprofundamento e conexão ao contexto social em que o candidato está inserido.

Além disso, o repertório sociocultural configura-se como elemento essencial para demonstração de autoria. Para além da simples menção a fatos, obras ou figuras históricas, o que se espera do candidato é a mobilização de conhecimento que dialogue com o tema proposto. Deste modo, esse repertório deve ser legitimado, ou seja, reconhecido socialmente como válido, e, sobretudo, produtivo — contribuindo diretamente para o aprofundamento da discussão e para a consolidação do ponto de vista defendido. Assim, a qualidade das relações intertextuais presentes no texto revela não apenas a bagagem cultural do estudante, mas também sua capacidade de selecionar, articular e ressignificar informações de modo estratégico e reflexivo, dialogando diretamente com a competência III. Essa habilidade, ao ser avaliada dentro dos critérios já supracitados, torna-se um diferencial para alcançar a pontuação máxima que a competência define, uma vez que evidencia o domínio do discurso argumentativo diante das demandas sociais contemporâneas.

Apesar dos avanços em torno da valorização do repertório sociocultural nas propostas pedagógicas e nas avaliações externas, como o Enem, ainda se observam fragilidades quanto à forma como esse aspecto tem sido trabalhado no ambiente escolar. Em muitas situações, o incentivo à leitura crítica, ao contato com diferentes manifestações culturais e à articulação entre saberes, se dá de maneira pontual ou superficial, o que pode dificultar a consolidação de um repertório consciente e realmente coerente. Como consequência, é possível notar a presença de referências desconectadas do tema, mal contextualizadas ou empregadas de maneiras genéricas, revelando mais uma tentativa de atender as exigências da prova do que uma real apropriação de saberes. Assim como afirma Rojo (2004, p. 4) “a escola tem como desafio o planejamento de situações didáticas que propiciem o desenvolvimento de capacidades de leitura diversificadas e de conhecimentos apropriados para diferentes contextos”. Nesse sentido, diversos fatores contribuem para esse desafio, dentre eles, a rigidez do currículo, a limitação de recursos pedagógicos a sobrecarga docente e a pressão por resultados em avaliações externas. Além disso, a formação inicial e continuada dos professores nem sempre oferece subsídios necessários para o trabalho com práticas de leituras críticas, reflexivas e contextualizadas. Esse cenário convida à reflexão sobre a importância de se repensar as

formas de incentivo ao uso significativo do repertório sociocultural no contexto educacional.

Dessa forma, ao mesmo tempo que o Enem estabelece critérios que buscam valorizar a inserção de elementos socioculturais na produção textual, é necessário reconhecer que nem sempre os estudantes dispõem de bases sólidas para mobilizar tais referências com coerência. Essa constatação reforça a importância de se observar com mais criticidade o papel do repertório sociocultural nas redações do ENEM, compreendendo-o não apenas como um critério avaliativo previsto na matriz de competências, mas como um reflexo direto das oportunidades de acesso à formação cultural oferecidas aos estudantes. A capacidade de mobilizar referências pertinentes, contextualizadas e bem articuladas ao ponto de vista depende, em grande medida, do capital cultural acumulado ao longo do percurso formativo. Nesse sentido, a análise do repertório sociocultural presente nas redações permite evidenciar desigualdades educacionais profundas, que impactam diretamente a qualidade da argumentação, a densidade dos debates construídos e o próprio exercício da autoria. Reconhecer essas assimetrias é essencial não apenas para compreender os limites da avaliação da produção escrita, mas também para repensar práticas pedagógicas mais equitativas e formativas no ensino da escrita argumentativa.

Compreender o repertório sociocultural como elemento constitutivo na produção textual do ENEM permite reconhecer a complexidade dos fatores que influenciam o desempenho dos candidatos. Essa dimensão dialoga diretamente com as teorias linguísticas, cognitivas e discursivas que fundamentam a análise dos textos produzidos. Assim, no próximo capítulo, será apresentado o aporte teórico que embasa esta pesquisa, constituído por autores e conceitos que possibilitam a compreensão aprofundada das relações entre linguagem e construção do sentido nos discursos escritos. Dessa forma, a base teórica estruturará a análise crítica necessária para investigar a presença e a utilização do repertório sociocultural nas redações do ENEM.

### **3 ENTRE TEXTOS: A INTERTEXTUALIDADE E SUAS RAMIFICAÇÕES**

Neste capítulo, discutem-se os principais conceitos e teorias que fundamentam a análise desenvolvida nesta pesquisa. O percurso teórico tem início com discussões basilares sobre a intertextualidade e os parâmetros funcional, constitucional, formal, referencial e composicional a ela subjacentes. Também se apresentam funções discursivas da citação no texto. Esses fundamentos possibilitaram o aprofundamento das análises e a aplicação dos referenciais teóricos ao contexto das redações nota máxima do ENEM.

#### **3.1 Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade Explícita e Implícita**

Há muito se discutem as relações de intertextualidade em diferentes gêneros e tipos textuais. Se considerarmos as discussões basilares que avançam sobre esse fenômeno atrelados às concepções de Bakhtin (1970), compreendemos que um enunciado só adquire sentido em relação a outros, não sendo possível avaliá-lo de forma isolada, já que este está inserido em uma rede de interações discursivas. Portanto, torna-se necessário o estudo mais aprofundado desse fenômeno em produções que utilizam citações, alusões ou paráfrases como recurso argumentativo.

Compreender os mecanismos discursivos que estruturam a linguagem exige, antes de tudo, o reconhecimento de que o sentido não é produzido de forma isolada. Nesse contexto, o dialogismo, conforme proposto por Bakhtin, configura-se como um princípio fundamental da linguagem. Assim como afirma Pires (2002, p. 40) “o dialogismo como um princípio geral da linguagem, de comunhão solidária e coletiva, mas sem passividade e não apenas como a comunicação ou a troca de opiniões vis-à-vis entre parceiros”. Assim, trata-se de uma relação ativa, em que as vozes interagem sem passividade, evidenciando uma comunhão solidária entre sujeitos históricos, sociais e ideológicos. O diálogo bakhtiniano não pressupõe neutralidade nem harmonia, mas sim tensão, confronto e alteridade, na medida em que cada voz carrega consigo um horizonte valorativo próprio. Assim, o diálogo, enquanto matriz da linguagem e da significação, revela-se como instância dinâmica de construção de sentido, essencial para a compreensão crítica dos discursos e de sua circulação nos mais diversos contextos sociais. Os estudos em torno da obra de Bakhtin tendem a dividir o dialogismo em duas frentes, assim como afirma Pires (2002, p. 41) “o diálogo entre interlocutores, baseado na interação fundadora da linguagem, e a relação entre discursos, chamada polifonia, ou seja, as vozes exteriores

que marcam nosso discurso” Desse modo, o primeiro aspecto, a interação fundadora, reafirma a ideia de que a linguagem não existe em isolamento: ela nasce da relação entre sujeitos, em contextos históricos e sociais concretos. Ao reconhecer que toda enunciação é atravessada por múltiplas vozes, que dialogam, se contrapõem ou se complementam no interior do discurso, chegamos ao conceito de polifonia elaborado por Bakhtin como forma de compreender a heterogeneidade constitutiva dos textos e o impacto dessa multiplicidade na construção de sentidos.

O conceito de polifonia criado por Bakhtin emerge para entendermos sobre a heterogeneidade discursiva nos textos compreendendo o impacto na construção do discurso por meio de referências externas. Para Bakhtin polifonia é “a unificação das matérias mais heterogêneas e mais incompatíveis” e a existência de “centros-consciências não reduzidos a um denominador ideológico” (Bakhtin, 1981, p. 12) ou seja, o autor se refere à presença de múltiplas vozes no discurso, entendidas como centros de consciência que não se reduzem a um único ponto de vista, evidenciando a complexidade dos discursos que coexistem em um mesmo texto, sem que necessariamente se sobreponha a outro existente nele. No contexto das redações do ENEM que serão analisadas posteriormente, essa noção revela-se especialmente relevante, uma vez que a inserção de citações diretas e indiretas deve preservar a integridade dos discursos incorporados, mantendo a coerência com o ponto de vista do autor da redação. Assim, a polifonia não implica um simples encaixe técnico de enunciados alheios, mas uma articulação consciente de diferentes saberes e perspectivas que dialogam entre si, reforçando a argumentação de modo coeso e pertinente.

Nas discussões de Koch (1991) sobre polifonia, a autora também analisa a ligação entre esse fenômeno e a intertextualidade, conceitos que envolvem a presença de outras vozes no discurso, portanto, é comum que sejam vistas como equivalentes, entretanto, conforme postula Koch, “o conceito de polifonia é mais amplo que o de intertextualidade”(Koch, 2004, p. 154). Nesse sentido, podemos melhor compreender essa passagem “pela maior liberdade que dá ao locutor de expressar tudo que pensa, sem, no entanto, responsabilizar-se claramente pelo que diz ou escreve, se necessário” (Rossato; Della Méa, 2004, p. 22). Embora seu sentido estrito se correlacione, não há uma convergência plena. Assim, polifonia refere-se à presença de múltiplas vozes “de enunciadores reais ou virtuais – a quem é atribuída responsabilidade de posição expressa no enunciado ou segmento dele” Koch (1991, p. 535), porquanto, abrange todas as formas

de inserção de diferentes pontos de vista no discurso, inclusive aquelas que não estão ancoradas em fontes externas, mas que revelam a coexistência de enunciadores reais ou virtuais. Já a intertextualidade, em sentido estrito, é “a relação de um texto com outros textos previamente existentes, isto é, efetivamente produzidos” (Koch, 1991, p. 532). Ou seja, enquanto a intertextualidade pressupõe necessariamente uma referência textual, a polifonia pode ocorrer em qualquer vinculação explícita a vozes anteriores, bastando que haja a representação de outras posições discursivas. Dessa forma, “há casos de polifonia que não podem ser vistos como manifestações de intertextualidade” (Koch, 1991, p. 539).

No entanto, ao se ampliar o escopo da intertextualidade para além das referências explícitas a outros textos, o conceito passa a se aproximar significativamente da noção de polifonia. Koch distingue a intertextualidade ampla como “condição de existência do próprio discurso” (1991, p. 530) portanto, é entendida não apenas como a inserção direta de textos, mas como o constante diálogo entre discursos. Nesse sentido, tanto a intertextualidade ampla quanto a polifonia reconhecem que o discurso é sempre atravessado por outras vozes, saberes e posições ideológicas, ainda que de forma implícita ou difusa. O texto, portanto, nunca é plenamente original ou autônomo, mas se constrói na relação com outros enunciados presentes evocados. A diferença entre os dois conceitos, nesse caso, se atenua, já que ambos passam a considerar a heterogeneidade discursiva como constitutiva da linguagem. Assim, pode-se afirmar que em sua forma ampla, a intertextualidade coincide com a concepção de polifonia como característica inerente ao funcionamento do discurso. Podendo haver a manifestação das duas em um mesmo enunciado, ou seja, “aqueles que são construídos com base na sabedoria de uma coletividade” (Rossato; Della Méa, 2004, p. 22).

Nessa pesquisa, adota-se, em primeira instância, já que descarto a possibilidade de haver apenas uma teoria integrada que dê conta de englobar a intertextualidade, a concepção de (Koch, Bentes, Cavalcante 2007, p. 17) de que “a intertextualidade *stricto sensu* (daqui por diante, apenas intertextualidade) ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva”. Portanto, esse fenômeno se manifesta de diversas formas, como podemos observar nas citações diretas, quando um trecho de outro texto é reproduzido literalmente e com indicação de fonte; nas paráfrases, quando o conteúdo de outro texto é reescrito com outras palavras, mantendo o sentido; e em uma alusão, quando há referência a outro texto, autor ou obra, mesmo que não seja reproduzida

literalmente. Deste modo, o texto que referencia outro, precisa dialogar com ele, estabelecer uma correlação temática, ideológica ou argumentativa a fim de construir novos sentidos. Essa correlação acontece com os três exemplos citados e se encaixam no que as autoras denominam intertextualidade explícita e implícita. A primeira se caracteriza pela menção direta ao autor de um outro texto e nele se emprega o recurso à autoridade, como ocorrem nas citações. Por meio destas é que há correlação entre o texto base e o texto produzido pelo autor que deseja estabelecer uma interação, muitas vezes como forma de fortalecer seu ponto de vista e embasar sua teoria resgatando outros autores que revelaram a importância de um mesmo assunto para a sociedade.

Já a intertextualidade implícita, podendo ser encontrada nas paráfrases e alusões, seria a presença de outros textos ou vozes no discurso que não é diretamente identificada por meio de citações formais. Há casos em que o produtor espera que o leitor reconheça o trecho ou autor que está sendo indiretamente citado, como forma de “reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em uma memória discursiva” (Koch, Bentes, Cavalcante, 2007, p. 30-31). Esse tipo de intertextualidade exige uma leitura mais profunda, pois somente o leitor que reconhece as referências compreende o texto de maneira mais integrada, assim, ele desempenha um papel ativo de interpretação, articulando a diversidade de temas das esferas culturais e sociais que podem se relacionar com um mesmo objeto. Trata-se, portanto, de uma forma de diálogo em que a alteridade está presente, mas não é explicitamente marcada – exigindo do leitor maior competência interpretativa para reconhecer tais vozes subentendidas.

Com base nas discussões estabelecidas, constrói-se uma base teórica sólida para entendermos se há coerência e pertinência dessas inserções na redação do Enem. Tais elementos não somente enriquecem a construção argumentativa, mas revelam o nível de domínio do autor sobre os recursos linguísticos e socioculturais mobilizados. Sendo assim, este subtópico buscou estabelecer um arcabouço teórico necessário para o desenvolvimento da análise proposta. Para tanto, a presente investigação também se apoia no quadro de parâmetros intertextuais de Nobre (2014) como ferramenta metodológica central, permitindo identificar e categorizar as diferentes formas de referência e diálogo intertextual presentes nos textos. Deste modo, a seguir torna-se a discussão mais aprofundada dos parâmetros subjacentes às relações intertextuais.

### 3.2 Parâmetros Intertextuais

As discussões acerca de parâmetros que fossem capazes de explicitar a intertextualidade vem avançando. Autores como Koch, Bentes e Cavalcante (2007) e Genette (2010) Sant'Anna (2003) estabeleceram tipologias para cada tipo de intertextualidade, onde se observa uma tentativa de classificá-los, por exemplo, temos a *copresença x derivação*, *explicitude x implicitude*, *captação x subversão*, entre outros. O que se percebe é que há distinções e semelhanças para cada proposta que abrangem os fenômenos intertextuais, portanto, torna-se inviável a análise de parâmetros intertextuais considerando apenas uma tipologia, haja vista que a intertextualidade engloba várias facetas. Pensando nisso, Nobre (2014) sugere um quadro de parâmetros intertextuais que envolvem essas tipologias de forma conjunta, buscando-se sintetizar os diferentes modos de manifestação da intertextualidade, ampliando a compreensão dos efeitos discursivos gerados pelas interações intertextuais. Desse modo, deu-se a organização em cinco parâmetros, a saber:

Parâmetro funcional, o autor discute sobre parâmetros propostos por Genette que se manifestam por “regime sério” x “regime lúdico/satírico. De Sant'Anna, por “eixo parafrástico” x “eixo paradístico” e, por fim, as concepções de Koch, manifestando-se por captação e subversão, essas sendo a que Nobre (2014) utilizou em seu quadro integrador. É possível considerar que a escolha das tipologias “subversão” e “captação” se deve, de acordo com o autor, “pelo fato de não restringir-se a exemplares do domínio artístico-literária” Nobre (2014, p. 103). Deste modo, a captação e a subversão compõem o parâmetro funcional. A primeiro dá conta de manter os significados e sentidos já estabelecidos em um texto fonte, fazendo uso de ideias para ativar um conhecimento enciclopédico, enquanto a subversão reintegra esse texto de maneira a transformá-lo, dar-se outros sentidos. Esses dois usos revelam como a intertextualidade pode tanto reforçar quanto tencionar discursos, evidenciando a intencionalidade do autor na construção de sentidos.

O parâmetro constitucional subdivide-se em intertextualidade ampla, definida pelo autor como “a relação entre um texto e vários” e a intertextualidade estrita, entendida como “a relação de um texto e outro” (Nobre, 2014, p. 101) ambos são considerados essenciais para qualquer recurso intertextual, pois se referem à forma como os textos se

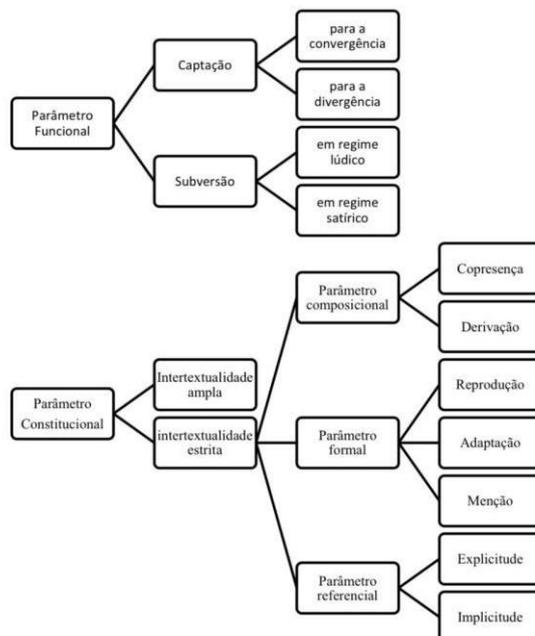
constroem em diálogo com outros discursos, sejam eles múltiplos ou pontuais. Deste modo, esse parâmetro pode evidenciar diferentes formas de apropriação de vozes alheias no discurso, especialmente no que diz respeito à construção argumentativa e à heterogeneidade enunciativa de um texto.

Por conseguinte, o parâmetro composicional subdivide-se em derivação e copresença, sendo derivação refere-se a casos em que um novo texto é composto quase integralmente pelo seu intertexto, introduzindo modificações ou perspectivas, enquanto a copresença caracteriza-se pela inserção pontual de fragmentos de outros textos dentro de um novo, sem que haja uma reelaboração total. Assim, destaca-se como a intertextualidade pode estruturar-se quando diferentes vozes coexistem no mesmo texto ou quando um texto se constrói a partir de outro, reforçando a natureza relacional e dinâmica dos discursos. Sendo evidente também nos parâmetros formal, referencial e funcional.

O parâmetro formal subdivide-se por reprodução, adaptação e menção, é o único que possui três modos de manifestação. A reprodução, como o nome já exemplifica, se dá pela reprodução exata dos trechos de um texto fonte. Já a adaptação envolve a modificação desse texto por meio de vários recursos, sejam eles acréscimos, substituições ou quaisquer modificações presentes no texto. Por fim, a menção traz referências a textos anteriores por meio do que Nobre (2014) vai chamar de “expressões-chave” que facilitam a identificação e recuperação do texto original. Desta forma, o parâmetro formal ilustra as diversas maneiras pelas quais um texto pode se relacionar com outros, seja por uma apropriação literal, uma reinterpretação criativa ou uma simples referência, ampliando as possibilidades de diálogo intertextual e seus efeitos no processo de leitura.

Por fim, o parâmetro referencial subdivide-se por explicitude e implicitude. A primeira, caracteriza-se pela menção direta e identificável de um texto ou discurso preexistente no interior de um novo enunciado, enquanto incorpora discursos ou saberes sem que haja menção direta ou identificação explícita da fonte original. Assim, enquanto a explicitação do intertexto reforça a legitimidade do discurso por meio da ancoragem em fontes reconhecíveis, a implícita amplia a densidade interpretativa, exigindo maior engajamento do leitor na identificação das vozes que perpassam o enunciado. Abaixo o quadro referente a pesquisa:

Figura 1- Hierarquização de parâmetros subjacentes às relações intertextuais



Fonte: Nobre (2014, p.110)

A tese de Nobre (2014) busca sintetizar os critérios que permitem identificar e analisar as formas de intertextualidade por meio da elaboração de um quadro que pode ser aplicado a diversas análises, oferecendo uma ferramenta analítica que dê conta de entender como os textos se entrelaçam, tanto em sua forma como em sua funcionalidade. Essas relações enriquecem a construção de significado das obras, ao passo que também revela discrepâncias quanto a pontos de referências por citações. Assim, a tese do autor se aplica como suporte teórico e metodológico para aprofundar a análise dos parâmetros intertextuais presentes nas redações.

Dentre os parâmetros intertextuais propostos por Nobre (2014), sendo priorizados nesta pesquisa o parâmetro funcional, com ênfase na captação por divergência e convergência, o parâmetro formal nos modos de manifestação por adaptação, reprodução e menção e o parâmetro referencial, com foco na explicitude. Tais recortes se justificam pela natureza da proposta de produção textual do Enem, que engloba a construção de um repertório articulado e pertinente, de forma a avaliar a qualidade do discurso argumentativo e compreender como esses candidatos utilizam as redações. Desta forma,

o quadro nos permite observar se as escolhas intertextuais dos candidatos são intencionais para enriquecer suas argumentações sobre o tema proposto ou se são apenas reproduções de conteúdos pré-existentes mais conhecidos pela memória cultural, sem um vínculo claro com o tema proposto pelo Enem.

No contexto das redações, podemos observar que o parâmetro referencial abrange as duas formas de manifestação conforme a escolha discursiva do candidato. A explicitude é mais comum, uma vez que as citações nomeiam autores, obras ou eventos. Essa pode se manifestar mediante ao nome do autor, seguida de sua profissão ou especificação, nacionalidade, conceitos teorias ou reflexões, como podemos analisar no trecho da redação 2021.01, disponibilizada na cartilha do participante cujo o tema foi “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania do Brasil”. O candidato introduz o parágrafo afirmando que “Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento” (BRASIL, 2021).

Na redação nota mil 2016.06 com o tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”, observa-se a presença de estratégias discursivas que revelam a intertextualidade no texto. Dentre elas, destacam-se as alusões utilizadas pelo candidato analisar no trecho a seguir: “... derivados de ideologias como superioridade do homem branco e Darwinismo Social” (BRASIL, 2016). A implicitude, contudo, se manifesta com menor frequência, ocorrendo principalmente quando os candidatos fazem alusão a ideias amplamente conhecidas, sem, no entanto, mencionar o texto-fonte.

Geralmente, a explicitude é mais valorizada pelos critérios avaliativos por sua clareza e objetividade ligadas a referências socioculturais. Esses recursos ampliam a profundidade argumentativa, construindo um discurso mais conectado com o repertório coletivo.

Já o parâmetro constitucional por intertextualidade estrita se manifestará integralmente, pois, o discurso do candidato estabelece uma relação direta com outro discurso – como a referência de um livro, uma figura histórica, um conceito filosófico – evidenciando a capacidade do estudante de dialogar com o conhecimento externo.

A copresença, descrita no parâmetro composicional, se manifesta quando há a constatação de ideias, autores ou discursos já difundidos na esfera social, mesmo que não haja uma citação direta. Assim como a intertextualidade estrita, sempre haverá.

As funções descritas no parâmetro formal são recorrentes na forma como os estudantes incorporam seu repertório sociocultural à redação. A reprodução se observa especialmente nas citações demarcadas entre aspas. A adaptação aparece quando esses elementos são reformulados com base na lógica argumentativa que o autor quer alcançar mediante citações indiretas. Já a menção se evidencia em referências sutis, geralmente identificadas por: “Como afirmava...” “De acordo com determinada teoria”. A presença dessas estratégias se torna relevante para que o candidato consiga promover um texto autoral enraizado em múltiplas vozes.

Por conseguinte, o parâmetro funcional por captação para convergência e divergência desempenha funções que se revelam centrais, sobretudo no uso de citações como forma de inserção do repertório sociocultural. A captação por convergência ocorre quando o repertório mobilizado pelo candidato apresenta relação direta e funcional com o tema proposto, contribuindo de forma produtiva para o desenvolvimento do argumento. Nesse caso, há uma adequação entre o conceito citado e o tema discutido, evidenciando o domínio crítico do conteúdo selecionado. Em contraposição, a captação por divergência se caracteriza pela utilização de referências, que, embora possam parecer pertinentes em um primeiro momento, revelam-se conceitualmente deslocadas ou incoerentes com o eixo temático da proposta. A identificação desses dois modos torna-se essencial para compreender de que maneira os textos de apoio, as citações e o repertório socioculturais são mobilizados na construção da argumentação, se mantendo as referências ou transformando-as conforme os objetivos discursivos dos seus textos.

Assim, os parâmetros presentes no quadro de Nobre (2014) permitem não apenas mapear as diferentes formas de relação entre os discursos, mas também entender como essas escolhas contribuem para a construção de um texto autoral, crítico e alinhados às exigências argumentativas propostas do Enem. Ao evidenciarmos o parâmetro funcional por captação o ponto central de análise das produções textuais por seu caráter mobilizador na construção da argumentação, essa perspectiva converge com a tese de Forte (2013), ao destacar a função textual-discursiva da citação, da referência e da alusão como um mecanismo que não apenas introduz vozes alheias, mas também estrutura o discurso, fortalece a argumentação e posiciona o sujeito frente ao debate proposto, relevando domínio temático e competência na articulação de saberes.

Ademais, com o quadro de parâmetros intertextuais devidamente apresentado como base para a análise, o estudo avança para a exploração das funções textual-discursivas da citação, que configuram os modos pelos quais os enunciados intertextuais operam dentro do texto.

### 3.3 Funções Textual-Discursivas da Citação

Postulando a concepção de Genette (2010, p. 12) de que as citações são a relação de copresença entre textos, sendo denominada “pela presença efetiva de um texto em outro texto” compreende-se que esse recurso atua como elemento de construção intertextual no contexto do Enem, conferindo ao discurso maior repertório argumentativo e profundidade interpretativa. Em consonância com a abordagem teórica adotada, a tese de Forte (2013) é utilizada nessa pesquisa, por abordar de forma aprofundada, as funções textual-discursivas da citação. Seu trabalho tem como objetivo compreender de que maneira esses processos ocorrem e quais funções são atribuídas às citações na construção do discurso. Dessa forma, essa investigação se respalda nas categorias por ela analisadas e descritas referentes às funções textual-discursivas da citação. A partir desse referencial, pretende-se compreender como tais funções são mobilizadas nos textos dissertativos-argumentativos dos candidatos, especialmente no que se refere a articulação entre coerência, intencionalidade e autoria discursiva.

Discorrendo, primeiramente, sobre as funções textual-discursivas, a autora traz a importância de falar sobre os processos intertextuais por copresença, adotando os termos “intrínseco e extrínseco”, antes de abordar o tipo textual da citação. A função textual-discursiva *intrínseca* revela-se na definição do tipo intertextual, ou seja, como o texto se articula internamente para a construção de ideias, organização de informações ou posicionamento do autor. Já a função *extrínseca* age para além do texto e do tipo intertextual, especialmente na relação do leitor, envolvendo aspectos como a credibilidade do argumento e o diálogo com outros saberes e discursos socialmente legitimados. Com as funções devidamente delineadas, Forte (2013) procedeu à organização dos elementos que se enquadram em cada uma dessas funções.

Como já discutido, as relações intrínsecas mantêm a presença de outra voz no texto para fortalecer a sua articulação, apontada como uma evidência polifônica. A

presença da comicidade, por sua vez, embora recorrente em determinados gêneros humorísticos, não constitui uma função intrínseca à intertextualidade, mas sim uma característica própria desses gêneros. As demais funções intertextuais – como o argumento de autoridade, ornamentação, o ludismo e a sátira, são comumente classificadas como extrínsecas, e serão discutidas com maior detalhamento a seguir:

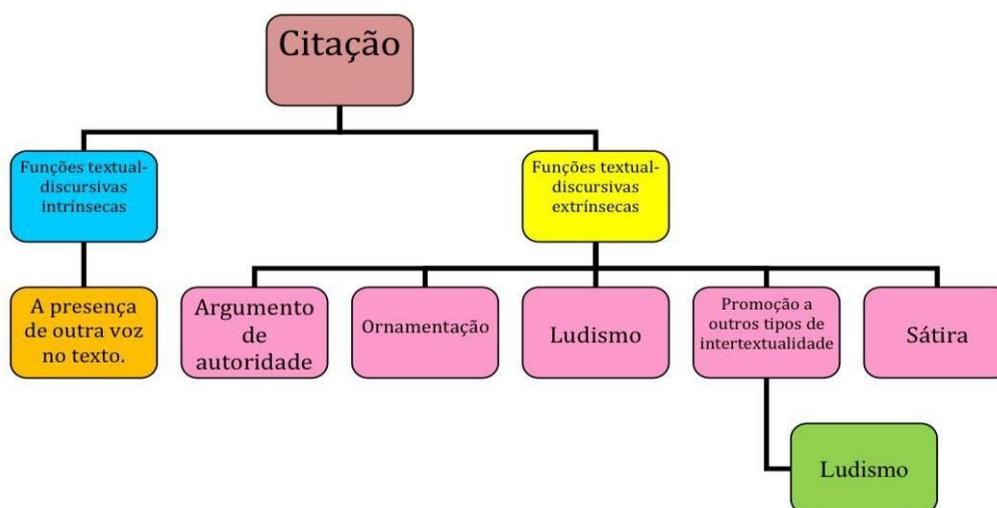
Ao que se refere às citações por argumento de autoridade, a autora aponta duas funções principais: a primeira, fundamenta-se em uma fonte confiável – como um especialista no assunto abordado – para respaldar seu discurso, enquanto a segunda permite que o autor se mantenha contraposto ou neutro sobre o que se cita, relacionando-se com elementos intertextuais que estão para além do contexto imediato do texto, relacionando-se com outros fatores que contribuem para a construção de sentido.

Por conseguinte, a autora propõe a citação com função de ornamentação. Para explicitar este conceito Piègay-Gross (2010) afirma que “a função de ornamentar um texto, tendo em vista que uma citação bem escolhida pode enriquecer determinado texto, desenvolvendo-o em seus aspectos estético-estilísticos.” Essa perspectiva evidencia que, para além do seu caráter argumentativo ou referencial, a citação pode também desempenhar um papel na valorização formal ou expressiva do texto, agregando sofisticação e densidade ao enunciado produzido. Contudo, a autora aponta a ornamentação, em certos casos, na construção de argumentos ligados ao ludismo, criando um tom humorístico para se valer de suas argumentações. Dentro desse discurso, introduz-se a função lúdica em que a utilização de provérbios e citações, por exemplo, servem como recurso primordial para a obtenção do efeito de humor. Em casos em que há função lúdica se desdobra em duas frentes: o ludismo propriamente dito e a paródia. Há uma recontextualização de modo a contrariar o que foi dito. Tal fenômeno é denominado um *détournement* formulado por Gréssillon e Maingueneau (1984) apud Koch (2008) que propuseram essa denominação para enfatizar essa “reapropriação criativa” por assim dizer, onde o novo contexto pode gerar uma leitura que não seria possível em seu contexto original, tendo em vista o seu deslocamento de sentido, possibilitando novas leituras que não seriam viáveis em seu contexto original. Ainda nessa discussão, a autora cita elementos da paródia em que se preservou apenas a função lúdica para exemplificar um caso analisado. Trata-se, portanto, de uma nova possibilidade de uso intertextual, na qual o riso não está a serviço da crítica, mas se associa ao elogio. Diante disso, a autora sugere futuras investigações acerca dessa função elogiosa da

citação, reconhecendo-a como prática discursiva distinta dentro do fenômeno intertextual. Em último caso, a autora aponta a função textual-discursiva de satírica, desempenhando o papel de entreter, ao mesmo tempo que serve como ferramenta crucial para a crítica social e reflexão. A sátira, nesse contexto, é uma maneira de desviar a atenção de um ponto de vista mais sério, provocando um efeito de sentido de modo que tende a suavizar o assunto, trazendo tons humorísticos e exagerados, mas que levam o público alvo a refletir.

Após a discussão sobre as funções, suas características e exemplos, a autora propõe um quadro que divide a função intrínseca, ou seja, a construção interna dos elementos textuais, que estão ligados a coesão e coerência, o diálogo interno e a voz de um texto em outro texto, das funções extrínsecas, em que as demais funções estão presentes. Dessa forma, o quadro proposto por Forte (2013) revela-se uma importante ferramenta analítica, ao sistematizar as funções textual-discursivas atribuídas as citações em diferentes contextos de uso. A categorização entre funções intrínseca e extrínsecas em correlação ao argumento de autoridade e a ornamentação contribuiu para uma compreensão mais ampla e crítica do papel que as citações desempenham na construção do texto. A seguir, apresenta-se o quadro, que sintetiza as funções discutidas ao longo deste subtópico.

*Figura 2 - Funções textual-discursivas da citação*



Fonte: Forte (2013, p. 92)

Nas redações dos candidatos, a função de argumento por autoridade revela-se amplamente recorrente, visto que recorrer a vozes autorizadas fortalece a argumentação, demonstrando o cuidado em conferir maior credibilidade ao texto. Além disso, os candidatos mostram-se alinhados às expectativas do Enem quanto a mobilização de repertório sociocultural legitimado. Já o uso de citações com função meramente ornamental pode revelar certa fragilidade argumentativa, pois, quando o candidato insere citações que não estabelecem relação direta com o eixo temático ou com sua linha argumentativa, a coerência do texto é prejudicada. Essa ornamentação pode ocorrer de forma sutil, passando também a interpretação do coenunciador, tornando-se um ponto a ser revisado. Por fim, percebe-se que as características abordadas nas funções – lúdica, paródica e satírica – em decorrência das exigências do gênero dissertativo-argumentativo, tendem a ser menos produtivas. Isso se deve, em grande parte, ao caráter mais tradicional e formal exigido pelo gênero dissertativo-argumentativo, que prioriza a objetividade, a clareza e a defesa lógica de um ponto de vista, portanto, as funções descritas acima não entrarão nas análises posteriores.

Ao apresentar o quadro teórico das funções textual-discursivas da citação, fica evidente a pertinência e a aplicabilidade dos parâmetros estabelecidos. Essa articulação entre teoria e prática reforça a robustez metodológica da pesquisa, permitindo que a análise das redações seja realizada com rigor e profundidade. A partir desse fundamento, o estudo avança para a investigação detalhada das funções textual-discursivas de referência e alusão, que ilustram diferentes formas de mobilização do repertório sociocultural pelos candidatos.

### **3.3.1 Funções Textual-Discursivas da Referência e da Alusão**

Entre as funções textual-discursivas abordadas por Forte (2013), destacam-se, também, aquelas que envolvem referência e alusão, ambas recorrentes nas redações do exame analisado nessa pesquisa. Tais funções contribuem para a construção da argumentação ao estabelecer conexões com outros textos, vozes ou saberes partilhados socialmente. Diante disso, Forte (2013) vai destacar que “a referência, por suas características definicionais, menciona explicitamente uma entidade e, por meio dessa

menção, dá ao leitor uma espécie de indicação de que ele deve buscar na memória discursiva esse e outros referentes associados” (Forte 2013, p. 93). Deste modo, a referência se manifesta de maneira mais direta e objetiva, remetendo a textos, autores ou eventos específicos. Já a alusão, a autora definiu como “um processo intertextual que condiz com uma remissão indireta ao intertexto, tratando-se, portanto, de uma estratégia mais complexa, pois necessitará da participação efetiva do leitor, uma vez que este deverá atentar para as pistas do texto para poder alcançar a intertextualidade nele presente” (Forte 2013, p. 94). Ocorre, assim, de forma mais sutil e implícita, exigindo do leitor um conhecimento prévio para estabelecer uma intertextualidade. Vale destacar que ambas necessitam do apelo à memória do leitor para que se efetivem, caso contrário, a compreensão do texto será prejudicada. Essa assimilação se dá aos fatores de conhecimento de mundo que devem ser ativados na memória do leitor para entender certos argumentos trazidos no texto. Para essa discussão Piègay-Gros (2010), que defende a busca à memória do leitor é necessária para a efetivação da alusão. Sendo essa a função que requer maior inferência por parte do leitor, a autora destaca que “a referência sempre servirá à alusão, isto é, cumprirá a função textual-discursiva de servir à alusão” Forte (2013, p. 100) desempenhando assim uma função intrínseca ao texto.

Por conseguinte, a autora apresenta a função textual-discursiva de simbolismo. Nesse caso, a citação não busca apenas informar ou ornamentar o texto, mas projetar sentidos que ultrapassam o plano literal, ativando camadas mais profundas da interpretação. A partir disso, possibilita que o leitor reconheça conexões simbólicas com temas diversos, e perceba o uso de referências que evocam ideias abstratas, conceitos amplos ou valores socioculturais por meio de símbolos reconhecíveis no imaginário coletivo.

Embora as funções de referência e alusão estejam tradicionalmente associadas a mecanismos de construção argumentativa e validação discursiva, Forte (2013) reconhece que essas também podem assumir um caráter lúdico, especialmente quando mobilizadas com intencionalidade criativa e expressiva. Nesse caso, o uso das referências e alusões não se limita a reforçar a autoridade do discurso, mas busca provocar humor, ativando no leitor um saber compartilhado de forma indireta. A função lúdica se evidencia, por exemplo – em músicas, charges, memes, personagens fictícios ou expressões populares – como analisadas pela autora. Esse recurso, quando bem articulado ao propósito comunicativo, convida o leitor a reconhecer de forma implícita e criativa, um saber compartilhado que desperta familiaridade, humor ou leveza, promovendo uma aproximação

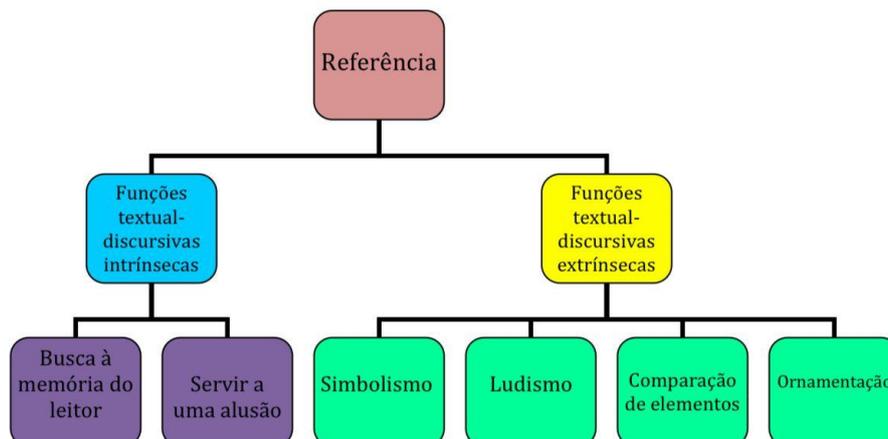
do leitor com o texto e ampliando possibilidades de construção de sentidos. “Assim, através da referência, criou-se o lúdico” (Forte, 2013, p. 102).

A comparação de elementos também é uma função textual-discursiva e refere-se ao uso de referências e alusões que estabelecem semelhanças ou contrastes entre ideias, acontecimentos, personagens históricos, textos ou posicionamentos sociais. Nesse caso, permite o produtor textual colocar vários elementos em diálogo, a fim de evidenciar convergências, divergências e paralelismos argumentativos. Sobre isso, (Forte 2013, p. 104) afirma: “Assim, a referência, além de servir como apelo à memória, atua como um modo de comparar elementos diferentes”. Desse modo, a referência transcende a função evocativa e passa a desempenhar um papel relacional no texto, ao articular diferentes elementos em torno de uma reflexão comum, potencializando a construção do argumento sem recorrer à comparação explícita.

Em última análise, Forte (2013) destaca a função textual-discursiva por ornamentação, não se restringindo apenas ao uso em citações diretas. A autora faz análises que constata, em textos de natureza encomiástica, que as referências e alusões operam como estratégias de exaltação ao discurso, como no exemplo utilizando a obra de Clarice Lispector “das vantagens de ser bobo” conferindo ao texto uma dimensão estética que reforça o louvor prestado. Ao selecionar trechos ou elementos associados à obra ou figura elogiada, o autor não apenas valida o valor do homenageado, mas também ornamenta seu próprio discurso.

Forte (2013 *apud* Piègay-Gros 2010, p. 226) observa que a alusão literária “supõe, com efeito, que o leitor possa compreender nas entrelinhas o que o autor deseja sugerir-lhe sem expressar isso diretamente”. Trata-se de um recurso que não explicita diretamente o conteúdo referenciado, mas convida à ativação de um saber partilhado, promovendo uma leitura mais interpretativa e participativa. A seguir, o quadro elaborado pela autora para ilustrar as funções textual-discursivas da referência:

Figura 3 - Quadro de funções textual- discursivas da referência



Fonte: Forte (2013, p. 118)

No contexto das redações do Enem, é possível observar que as funções textual-discursivas de referência e alusão, conforme classificadas por Forte (2013), cumprem um papel significativo na construção argumentativa dos textos nota máxima. A função de ornamentação, por exemplo, se manifesta quando o candidato mobiliza conhecimentos de diferentes esferas – como a literatura a filosofia ou a história - para enriquecer o texto e seus aspectos estético-estilísticos. Já a função de comparação se evidencia quando o autor estabelece paralelos implícitos entre contextos diversos, muitas vezes evocando obras literárias ou acontecimentos históricos a fim de reforçar analogicamente seu ponto de vista, promovendo uma argumentação mais crítica e complexa. Por sua vez, a função simbólica aparece em passagens que recorrem a figuras, eventos ou construções culturais, convocando o leitor a interpretar elementos subentendidos que aludem a valores amplamente partilhados, como liberdade, resistência ou justiça. Essas três funções, ao serem bem empregadas, não apenas demonstram o domínio dos recursos linguísticos exigidos pela proposta da prova, como também potencializam a eficácia argumentativa do texto, contribuindo para um desempenho elevado, especialmente nas competências III e IV da matriz de correção do Enem. Ressalta-se, contudo, que a função de ludismo, embora presente em outras manifestações intertextuais, não costuma ser explorada nas redações do Enem, uma vez que os critérios avaliativos da prova privilegiam construções de caráter crítico e interdisciplinar, orientadas por uma abordagem argumentativa formal e comprometida com a resolução de problemas sociais.

#### 4 O CAMINHO PERCORRIDO: TRAÇANDO A METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa de natureza descritivo-analítica voltada para a análise de recursos intertextuais em textos argumentativos-discursivos. A pesquisa se insere no campo da Linguística Textual, com foco na intertextualidade presente nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O objetivo é compreender como os candidatos que obtiveram nota máxima (mil) nas redações, utilizaram as citações para sustentar seus argumentos, observando a pertinência e a coerência com o tema proposto.

A investigação se baseia no quadro teórico de Nobre (2014), que propõe cinco dimensões intertextuais: constitucional, composicional, formal e referencial e funcional que foram abordadas durante as discussões com foco nas dimensões funcional, referencial e formal. Com o propósito de observar a função que a citação exerce no desenvolvimento argumentativo do texto, analisa-se o tipo de referência mobilizada, bem como a forma como essa intertextualidade se manifesta na estrutura linguística da redação. Também foram utilizados os aportes teóricos de Forte (2013) que trata das funções textual-discursivas da citação, de referência e alusão contribuindo para a compreensão do papel estratégico que as referências culturais e textuais assumem na construção da persuasão e da credibilidade do discurso. A articulação entre esses referenciais possibilita uma análise mais refinada e contextualizada do uso das citações em textos dissertativos-argumentativos.

Para fins de organização e sistematização da análise, esta pesquisa adota uma categorização das funções textual-discursivas de Forte (2013) atribuídas aos intertextos identificados no corpus. Com base nos objetivos da investigação e nas ocorrências verificadas nos textos analisados, delimitam-se duas funções principais: função de argumento de autoridade e função de ornamentação textual.

O *corpus* da pesquisa é constituído por cinquenta e oito redações do ENEM, selecionadas exclusivamente da *Cartilha do Participante*, disponibilizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Embora existam outras fontes que reúnam redações de destaque, esta pesquisa se deteve apenas às produções presentes na cartilha oficial, com o objetivo de assegurar a

credibilidade dos dados e o alinhamento com os critérios avaliativos estabelecidos pelo INEP. As redações foram escolhidas por terem atingido a pontuação máxima na competência II que se avalia a presença de repertório sociocultural produtivo e pertinente ao tema proposto. A seleção considerou a diversidade de temas abordados ao longo dos anos, o que permite uma análise mais abrangente.

Com o intuito de delimitar de forma precisa o universo da pesquisa e da amostra a ser analisada, foi elaborada uma tabela comparativa contendo, em colunas distintas, o total de redações que obtiveram a nota máxima em cada edição do Enem e, ao lado, o número de redações efetivamente disponibilizado na cartilha do participante, publicada pelo INEP. Os anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022 e 2023 são os certames correspondentes para a análise, possibilitando uma observação de padrões recorrentes e variações no uso das citações conforme o tema, os contextos sociais e as estratégias argumentativas adotadas. É importante destacar que, no ano de 2020, não foram encontrados dados disponíveis pelo INEP que permitissem a aplicação dos mesmos critérios de análise. Por esse motivo, nenhuma redação produzida no certame desse ano foi analisada.

*Quadro 1 - Universo e Amostra da Pesquisa*

<b>ANOS</b>	<b>QUANTITATIVO DE NOTAS 1000 POR ANO</b>	<b>NOTAS 1000 DISPONIBILIZADAS NA CARTILHA</b>
<b>2016</b>	77	08
<b>2017</b>	53	09
<b>2018</b>	55	07
<b>2019</b>	53	07
<b>2021</b>	22	07
<b>2022</b>	18	10

<b>2023</b>	60	10
<b>TOTAL: 07 ANOS</b>	338	58

Fonte: Elaboração Própria

A coleta de dados se deu exclusivamente via acesso digital às cartilhas oficiais do participante, que reúnem exemplos de redações que obtiveram as maiores notas. Após a coleta, os textos foram lidos na íntegra, e trechos com citações diretas e indiretas, referências e alusões intertextuais foram destacados. As análises seguiram os modelos propostos por Nobre (2014) e Forte (2013), permitindo a categorização dos elementos intertextuais conforme as cinco dimensões apresentadas as funções textual-discursivas da citação, além da identificação das funções textual-discursivas das relações intertextuais.

Para organizar os dados do *corpus*, foi elaborado um quadro analítico que reúne e classifica os trechos intertextuais com base em dois parâmetros: o referencial, relacionado à identificação e adequação contextual das relações intertextuais, bem como a quantidade de autores citados e seus respectivos honoríficos e o parâmetro formal, que trata da estrutura e da forma de apresentação desses referentes, se são reproduções, adaptações ou menções do texto-fonte e/ou de autores. Para os dois parâmetros previamente mencionados, as análises foram constituídas de forma articulada, organizando-os a partir de marcas de explicitude, implicitude e pela forma que aparecem no discurso, permitindo observar de que maneira os(as) candidatos(as) mobilizam os recursos intertextuais em suas redações. Por conseguinte, os excertos contendo as ocorrências intertextuais foram transcritos integralmente de modo a evidenciar essas marcas nos textos. A análise foi inicialmente realizada considerando o universo completo da pesquisa, que compreende as 58 redações nota mil disponíveis na Cartilha do Participante. A quantificação das ocorrências foi feita com base em números absolutos, indicando o total de redações em que há indícios de adaptação, menção, reprodução e outras formas de intertextualidade com base nos anos analisados e nas redações disponibilizadas na Cartilha, que não correspondem ao total de redações nota mil da edição, mas sim aquelas selecionadas pelo INEP.

No que diz respeito à análise funcional, sob a perspectiva da função discursiva, foi aprofundada a partir de uma amostra de representativa de dez textos selecionados.

Essa estratégia permitiu um exame mais detalhado e qualitativo das funções que as citações desempenham no desenvolvimento argumentativo dos textos.

A análise desenvolvida nesta pesquisa voltou-se para o exame minucioso de cada citação presente nas relações selecionadas. Inicialmente, buscou-se identificar se os referentes eram citados *ipsis litteris*, por meio de pesquisas de palavras-chave ou como se apresentavam na redação. No caso da mobilização de conceitos e menções indiretas, procedeu-se à verificação criteriosa de sua origem, autoria e fundamentação teórica, com intuito de averiguar se o conteúdo mobilizado pelo candidato se alinhava, de fato, à proposta original do autor citado. Esse rigor metodológico visou resgatar o contexto de produção do conceito ou enunciado, de modo a observar a fidelidade da apropriação intertextual e a coerência da inserção do argumento desenvolvido pelo candidato. As observações foram registradas por meio de anotações descritivas e interpretativas, com o intuito de identificar como o uso da intertextualidade contribui para a construção de um discurso persuasivo e argumentativo eficaz. O cotejo entre os dados coletados e o aparato teórico que sustenta a pesquisa permitiu traçar semelhanças e discrepâncias entre as redações analisadas, oferecendo subsídios para refletir sobre o papel das referências socioculturais na formação do pensamento crítico e na ampliação do repertório dos estudantes.

## 5 INTERSECÇÕES E *INSIGHTS*

Com base na construção teórica apresentada nos capítulos anteriores e valendo-se do instrumental da intertextualidade para estabelecer delineamentos dos parâmetros intertextuais, fazem-se necessários análises, descrições e posterior interpretações das citações nas redações de nota máxima do ENEM. Considerando o quadro proposto por Nobre (2014) que integra as teorias previamente discutidas, este estudo busca compreender de que maneira os candidatos mobilizam estrategicamente seu conhecimento enciclopédico para sustentar suas argumentações. Em consonância, serão também apresentadas as funções textual-discursivas da citação, com base no quadro e no aporte teórico de Forte (2013).

Antes de iniciar as análises individuais, é importante esclarecer o parâmetro constitucional que fundamenta a intertextualidade nos textos argumentativos, especialmente no contexto do exame. Se entendemos que intertextualidade ampla é “dada não pela marca de copresença de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível” (Carvalho 2018, p. 12) e intertextualidade estrita é “dada pela copresença (inserção efetiva de um texto em outro) ou pela transformação/derivação de um texto específico ou de partes dele em outro texto” (Carvalho, 2018, p. 12) o recorte da pesquisa analisa exclusivamente as notas mil, sendo possível afirmar que todas apresentam intertextualidade estrita. Por esse motivo, evitarei reiterar tal constatação em cada análise, a fim de preservar a fluidez e objetividade do texto.

Observa-se também a construção do parâmetro composicional por copresença. É possível perceber a justaposição de múltiplas vozes no corpo do texto, ainda que nem sempre em diálogo explícito com a proposta temática. Essa presença simultânea de relações intertextuais, mesmo quando pouco aprofundada, contribui para a construção de um efeito de autoridade e densidade argumentativa, marcando a tentativa de o autor de conferir legitimidade ao texto por meio da integração de diferentes fontes de conhecimento. Dessa forma, por se tratar de um parâmetro referente em todas as redações analisadas – assim como a intertextualidade estrita –, não se fará necessário retomar essa discussão nas análises posteriores, uma vez a relação de copresença será considerada

como base comum entre os textos. Os demais parâmetros serão criteriosamente analisados e descritos nos exemplos que se seguem.

Por conseguinte, é importante destacar que, embora Nobre (2014) proponha uma tipologia relevante para o parâmetro funcional da intertextualidade — ao identificar a subversão sob o viés lúdico ou satírico como estratégia discursiva recorrente —, a presente pesquisa observou, nas redações analisadas, ocorrências de outra natureza. Trata-se de um tipo de subversão que se distancia do humor ou da ironia e se manifesta por meio da generalização indevida de conceitos, vulgarização de teorias e anacronismos. Esse movimento discursivo, embora ainda se enquadre no campo funcional da intertextualidade, revela-se como uma distorção na apropriação do repertório, o que exige um olhar mais ampliado sobre as formas de deslocamento conceitual presentes nas produções do ENEM. Assim, propõe-se aqui uma ampliação da tipologia já existente, não como contraposição ao modelo proposto por Nobre, mas como contribuição complementar que busca aprofundar a compreensão das estratégias – e fragilidades argumentativas associadas ao uso da intertextualidade no contexto do exame.

### **5.1 Análise do Parâmetro Referencial**

Diante do extenso volume de dados, optou-se por apresentar o quadro completo no Apêndice A. Deste modo, para fins de organização e sistematização das análises, as redações selecionadas nesta pesquisa serão identificadas por meio de um código específico que contempla três elementos: o ano do certame, a numeração sequencial conforme a ordem de apresentação na Cartilha do Participante do ENEM, e uma letra para cada ocorrência intertextual identificada no interior do mesmo texto. Assim, utiliza-se o seguinte modelo de codificação: [ano] [número sequencial] [letra identificadora].

Ainda que a análise final tenha sido sistematizada em um único quadro, no qual os parâmetros referencial e formal são articulados, optou-se, em um primeiro momento, por organizar amostras separadas para cada um desses parâmetros. Essa etapa preliminar teve como objetivo possibilitar uma compreensão mais aprofundada das especificidades de cada parâmetro de forma individual, favorecendo a identificação de padrões recorrentes e aspectos distintivos das ocorrências intertextuais.

Para o parâmetro referencial, foi selecionada uma amostra composta por trechos extraídos das redações que evidenciam a origem e o grau de adequação contextual das menções intertextuais, considerando também elementos como a natureza da fonte (literária, científica, midiática etc.), o honorífico da figura mencionada e a frequência com que diferentes tipos de referência são mobilizados pelos(as) candidatos(as). Essa organização preliminar permitiu levantar dados qualitativos relevantes, que posteriormente contribuíram para a estruturação do quadro geral da análise.

Neste recorte, apresenta-se a amostragem com base em casos mais recorrentes que veremos a seguir:

*Quadro 2 - Amostra de Análise do Parâmetro Referencial das Redações*

<b>REDAÇÃO</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>	<b>MARCA DE EXPLICITUDE</b>	<b>EXCERTO</b>
2023.07	B	(E):Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor	Filósofo alemão Immanuel Kant
2021.06	A	(E):Referência à Constituição Federal seguido por ano de promulgação	Constituição Federal promulgada em 1988
2023.07	A	(E): Referência a título de série	A série estadunidense "Grey's Anatomy"
2023.09	A	(E): Referência a título de filme	No filme nacional "Que horas ela volta?"

Fonte: Elaboração própria

O parâmetro referencial, observado nas redações nota mil do ENEM, representa a estratégia argumentativa baseada na escolha e na menção de fontes externas, como autores, leis, obras e eventos. Essa estratégia se manifesta de forma explícita, por meio da citação direta de nome, honorífico ou nacionalidade do autor, como aparecem com bastante recorrência no quadro, ou de forma implícita, por meio de conceitos amplamente difundidos sem referência nominal. A explicitude é mais valorizada pelas bancas avaliadoras, pois garante clareza, autoridade e legitimidade ao discurso. Assim, os candidatos que utilizam essas referências de maneira estratégica e contextualizada demonstram domínio argumentativo, repertório cultural e coerência na construção de sua tese, conforme exigido pela competência II da matriz do ENEM.

As análises do quadro de amostra revelam distintos modos de mobilização do parâmetro referencial. No primeiro exemplo, observa-se uma referência explícita, com a menção completa ao autor — nome, sobrenome, nacionalidade e honorífico — conferindo legitimidade e precisão à citação. No segundo caso, o candidato recorre à Constituição Federal, conferindo peso normativo à argumentação apresentada. Já nos dois exemplos seguintes, identificam-se referências culturais variadas: o terceiro traz um filme como elemento de apoio argumentativo; e o quarto estabelece relação com uma série, explorando aspectos temáticos que dialogam com a proposta.

Dentre os 65 autores identificados no quadro, seis se destacaram por sua frequência de ocorrência ao longo dos anos disponíveis nas cartilhas. O autor mais citado é Immanuel Kant, em 5 redações distintas, em sua maioria por citação *ipsi litteris*, sendo reconhecido por sua contribuição à filosofia moderna, especialmente nas áreas da ética, da razão e da autonomia. Em seguida, são evidenciados, o sociólogo Zygmunt Bauman, o escritor Stefan Zweig, a filósofa Hannah Arendt, o filósofo Voltaire e o filósofo Karl Marx mencionados, cada um, em 3 redações das ocorrências analisadas. Por serem áreas com amplitude de conceitos, reflexões e críticas, estão presentes em maior número em relação aos outros autores citados.

O que se percebe é que os autores mais recorrentes pertencem às áreas da sociologia e filosofia, o que sugere a valorização, por parte dos candidatos, de referências oriundas das ciências humanas e sociais para fundamentar seus argumentos. Entretanto, devemos reconhecer que há recorrência de autores ligados a essas áreas não acontecem de maneira aleatória. Esses repertórios são frequentemente mobilizados nas redações em

razão de sua amplitude interpretativa e aplicabilidade em diferentes contextos temáticos. Essa característica torna-os mais acessíveis aos candidatos no momento da elaboração argumentativa. Nesse sentido, torna-se pertinente considerar que a presença desses autores reflete não apenas uma escolha individual, mas também um recorte do que é socialmente difundido e valorizado no espaço escolar e nos materiais preparatórios. Assim, esse estado de coisas tende a convergir com o que afirmam Oliveira, Silva e Costa (2021, p. 12) “muitos estudantes decoram frases filosóficas prontas e tentam encaixá-las para construir sua argumentação, valendo-se de recursos como "citações-coringas" – aquelas que se encaixam em vários temas”. Esses usos decorativos podem comprometer a coerência argumentativa e revelam uma preparação mais voltada à performance do que à reflexão à crítica.

Outra fonte frequentemente mobilizada nas redações do Enem é a Constituição Federal de 1988, encontrando-se presente em 20 das redações analisadas. A sua utilização se dá especialmente em trechos que mencionam os direitos fundamentais do cidadão. Embora seja uma referência legítima e socialmente reconhecida, seu uso nem sempre se revela produtivo do ponto de vista argumentativo. Em diversas redações nota-se, observa-se a citação de artigos constitucionais de forma genérica, muitas vezes só para afirmar que “todo cidadão tem direito a educação, saúde e igualdade” sem articulação direta com a problemática específica do tema proposto ou sem o devido aprofundamento. Essa prática evidencia uma tendência à generalização, em que a lei é citada mais como um respaldo superficial ao discurso do que um instrumento crítico de análise. Dessa forma, mesmo um repertório institucionalmente robusto pode se tornar pouco funcional quando descontextualizado, revelando um uso estratégico, mas conceitualmente limitado.

Em todos os anos disponíveis, observa-se um padrão: de 2016 a 2023, a grande maioria das redações analisadas contém marcas de explicitude. Os candidatos citaram nome e sobrenome dos autores, e em alguns casos, nome completo, indicando que há uma preocupação em legitimar os argumentos de autoridade previstos na função textual-discursiva embasada por Forte (2013). Entretanto, no ano de 2022, os candidatos apresentaram maior preferência por marcas de implicitude, recorrendo a fontes como – a constituição, leis, obras literárias e audiovisuais para legitimar seus argumentos.

Os dados mostram que os participantes tendem a citar pelo menos um autor por redação, esse percentual se apresenta em todas as edições analisadas. Em 2016, 2017,

2021 e 2022 os candidatos citaram também constituições, leis e dados de *sites*, sem mencionar nenhum autor, em alguns casos. Nota-se uma tentativa de enriquecer o repertório sociocultural sem comprometer a coesão e a fluidez textual que parece ter sido bem-sucedida, considerando que o número de redações nota máxima estavam a baixo da média esperada em 2021 e 2022, comparada aos anos anteriores.

Ao considerar o parâmetro referencial nas redações analisadas, observa-se uma predominância evidente de determinados autores, cujas obras e ideias se consolidam como referências centrais no repertório dos candidatos. Além disso, as ocorrências de autor por redação indicam não apenas a familiaridade com certos nomes, mas também a estratégia discursiva de legitimação por meio da citação de autoridades reconhecidas, entretanto, esse percentual pode mudar em decorrência a outros fatores como especificidade do tema, domínio do repertório por parte dos candidatos e outros elementos.

## **5.2 Parâmetro Formal**

De modo complementar, também foi organizada uma amostra específica voltada ao parâmetro formal, seguindo a mesma lógica explicativa adotada na análise referencial. A separação inicial dessa amostra teve como finalidade observar com maior precisão as formas estruturais de apresentação das menções intertextuais, se por reproduções do texto fonte, adaptação com paráfrases resumitiva ou apenas menção de teorias ou conceitos.

Essa sistematização prévia possibilitou não apenas a identificação dos recursos formais mais recorrentes nas redações analisadas, mas também o levantamento de informações significativas para a consolidação do quadro final, em que os dois parâmetros foram tratados de maneira articulada.

Assim como no parâmetro referencial, elaborou-se um quadro de amostragem para o parâmetro formal, a fim de ilustrar os diferentes modos de inserção de vozes alheias nas redações analisadas. Os códigos seguem o mesmo padrão já descrito antes com ano do certame, sequência em que aparecem na Cartilha do Participante e ocorrência descrita com letras, podendo ser A,B,C ou D. A seguir, a amostra:

Quadro 3 - Amostra de Análise do Parâmetro Formal das Redações

<b>REDAÇÃO</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>	<b>PARÂMETRO FORMAL</b>	<b>EXCERTO</b>
2019.03	A	Adaptação: paráfrase de dados disponibilizados em <i>site</i>	A questão do acesso ao cinema, apesar de não ser amplamente discutida, é um problema muito expressivo no Brasil atualmente. A gravidade do quadro é evidenciada pelos dados do site Meio e Mensagem: 83% da população brasileira não frequentam tal ambiente
2018.05	B	Menção à escola Teórica de Frankfurt	(...) há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica
2017.09	C	Reprodução: citação direta com aspas	Afinal, segundo o filósofo Immanuel Kant: "O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele".

Fonte: Elaboração própria

A análise da amostragem evidencia a predominância das três ocorrências analisadas. No primeiro exemplo, observa-se uma reelaboração discursiva que contextualiza o conteúdo da matéria. No entanto, não há respaldo documental que comprove a existência dessa estatística no site mencionado. Uma busca rápida no Google direciona o leitor a conteúdos com dados semelhantes, mas não ao dado exato nem a uma publicação confiável que o sustente. Essa inconsistência nos leva ao primeiro ponto de análise: a citação imprecisa ou potencialmente falsa, o que compromete a credibilidade do argumento. Vale destacar que esse mesmo dado aparece em outra redação nota 1000, indicando que pode ter havido a reprodução acrítica de informações incorretas, possivelmente disseminadas em fóruns, resumos prontos ou redes sociais, sem o devido rigor na conferência da fonte original.

No caso em que há menção à Escola de Frankfurt, usada para legitimar a ideia de uma liberdade ilusória no consumo de informações, observa-se que a referência teórica é superficial e pouco contextualizada, pois não há indicação de qual autor ou obra sustenta essa ideia de liberdade simulada ou coerção econômica. A expressão “teorizada pela Escola de Frankfurt” carece de desenvolvimento conceitual, funcionando mais como uma marca de erudição do que como um recurso argumentativo efetivo. Isso revela um fenômeno comum nas redações de alta pontuação: o uso de referências em nível simbólico, como vimos nas funções textual-discursivas de Forte (2013), ou seja, a intenção é que o leitor reconheça conexões simbólicas que vão além do plano literal, exigindo um conhecimento enciclopédico.

Já a reprodução *ipsi litteris* de uma citação de Immanuel Kant destaca-se pela literalidade, funcionando como recurso de autoridade, embora menos recorrente entre os candidatos. Assim, considera-se que essas ocorrências refletem diferentes níveis de apropriação e mobilização de fontes pelos candidatos.

No total de ocorrências analisadas no parâmetro formal, observa-se uma predominância de adaptações por meio de paráfrases, estando presentes em 118 ocorrências. Assim, os candidatos não apenas mencionam autores ou obras, mas também

contextualizam e reelaboram os conteúdos, incorporando-os ao próprio discurso de maneira argumentativa. Esse uso indica uma apropriação ativa dos referenciais, evidenciando uma capacidade de articulação. As menções, por sua vez, se caracterizam pela citação de termos, nomes ou conceitos de forma pontual e descontextualizada, como ocorre, por exemplo, no caso da menção à escola teórica de Frankfurt em 2018.05.B, utilizada sem maiores desenvolvimentos, aparecendo em 11 ocorrências. Já as reproduções literais – citações *ipsi litteris* com ou sem o uso de aspas — aparecem em 14 ocorrências indicando preferência dos candidatos por construções mais autorais e discursivamente integradas ao texto. A reprodução *ipsis litteris*, ou seja, a transcrição literal das palavras do autor, ocorreu em dez ocasiões ao longo do *corpus* analisado, estando concentrada nos anos de 2016 e 2017 e aparecendo ocasionalmente em 2018, 2019, 2022 e 2023. Em 2016, observou-se a maior incidência, com duas redações apresentando citações diretas entre aspas na maioria das ocorrências intertextuais.

Deste modo, a maior frequência observada em 2016, com cinco ocorrências intertextuais, pode estar relacionada a uma orientação mais recorrente à época, onde houve incentivo ao uso de repertórios com maior explicitude para o fortalecimento argumentativo, o que pode ter levado os candidatos a recorrerem com maior frequência à citação literal como estratégia de autoridade textual. Vale ressaltar que, no texto 2023.08.B, a citação atribuída a Albert Einstein não possui dados documentais que comprovem a sua veracidade, o que mostra mais uma ocorrência de citações imprecisas ou potencialmente falsas.

Desde modo, a redução das citações *ipsi litteris* nos anos subsequentes sugere uma possível modificação na abordagem dos candidatos, que passaram a valorizar mais a reelaboração e a integração crítica das ideias alheias ao próprio discurso, em detrimento de uma repetição. Tal mudança pode também estar relacionada à insegurança na hora de transcrever a citação *ipsi litteris*. Esses dados mostram que os candidatos, em sua maioria, estão reformulando saberes culturais com suas próprias palavras. Quanto mais indireta é a citação, mais o texto parece “do candidato”. A solução parece estar na paráfrase como um caminho intermediário, revelando-se estrategicamente mais segura por permitir ao candidato demonstrar domínio do conteúdo referenciado sem recorrer à reprodução literal, nem a menção sem a devida contextualização.

Com o aumento dos índices de repertório pré-estabelecido, a preferência por uma abordagem que reinterprete os conteúdos referenciados mostra-se mais recorrente. A ausência de citações diretas com aspas pode indicar uma limitação técnica ou menor

segurança na manipulação das vozes discursivas, resultando em textos que, embora corretos, apresentam menor densidade argumentativa. Em vez da reprodução de um padrão, o que se nota é uma simplificação que pode comprometer, em alguns casos, o efeito de autoridade que as citações diretas costumam conferir ao texto.

Ao se analisarem exclusivamente as ocorrências de paráfrases no parâmetro formal, observa-se uma preferência significativa por repertórios mais formais e institucionalizados. Dentre as paráfrases identificadas, os conceitos e teorias concentram a maior parte, evidenciando o uso recorrente de ideias generalizadas ou princípios acadêmicos reinterpretados para sustentar os argumentos desenvolvidos nas redações. A Constituição Federal e obras filosóficas ou literárias aparecem em seguida, com o mesmo quantitativo – 20 ocorrências, refletindo tanto a valorização de argumentos fundamentados na legalidade quanto o reconhecimento da literatura especializada como fonte legítima de saber. Repertórios vinculados à cultura midiática e artística – como filmes, poemas, séries, músicas e contos — surgem com menor frequência. Os filmes aparecem em 6 ocorrências e as séries em 3. Para contos e músicas foi registrado uma ocorrência, respectivamente no texto 2023.04.A e 2022.07.A. Já para poemas, encontram-se duas, respectivamente no texto 2022.02.A e 2022.04.A. Embora contribuam para ampliar a diversidade referencial. Essa distribuição indica uma tendência predominante de reelaboração de fontes mais canônicas e acadêmicas no momento de fundamentar os argumentos, o que pode estar relacionado tanto à orientação dos materiais preparatórios quanto à percepção dos candidatos sobre o que constitui um repertório legitimado pela banca avaliadora.

Em síntese, a análise do parâmetro formal nas redações do ENEM evidencia não apenas as escolhas estratégicas dos candidatos quanto aos repertórios utilizados, mas também a forma como esses elementos são mobilizados para sustentar e legitimar os argumentos. A predominância de paráfrases, especialmente a conceitos, teorias, livros e dispositivos legais como a Constituição, revela uma tendência à valorização de fontes reconhecidas institucionalmente, o que reforça o caráter argumentativo e autoral exigido pela proposta do exame. Por outro lado, embora em menor número, a presença de referências ligadas à cultura popular e à produção artística contemporânea demonstra uma tentativa de estabelecer conexões com o universo sociocultural mais amplo, ainda que pouco recorrido. Assim, o parâmetro formal, em suas diversas manifestações, mostra-se

fundamental não apenas para a construção da argumentação, mas também como marcador da capacidade dos candidatos de articular saberes distintos de forma crítica.

### **5.3 Análise do Parâmetro Funcional**

Consonante com a discussão sobre os parâmetros referencial e formal, passa-se a observar o conteúdo dos repertórios socioculturais nos parâmetros funcionais. Inicialmente, serão apresentados dois exemplos de uso considerados adequados de repertório, nos quais se observa uma captação por convergência. Nesses casos, o intertexto cumpre a função de argumento de autoridade, sustentando a tese de maneira pertinente e produtiva. Em seguida, a análise se volta para trechos que evidenciam o que consideramos anteriormente subversão por generalização, vulgarização ou anacronismo, revelando usos imprecisos, deslocamentos conceituais ou apropriações de discursos teóricos fora de seu recorte cronológico. O objetivo, nesse segundo momento, é compreender de que maneira a inserção de referências consagradas pode comprometer a coerência argumentativa quando desarticulada do problema proposto, funcionando mais como elemento ornamental do que como recurso legítimo de construção do ponto de vista.

#### **5.3.1 Parâmetro Funcional de Captação por Convergência com Função de Argumento de Autoridade**

Apresentamos a seguir, o trecho selecionado da redação 2021.05.A em que se manifesta a função de argumento de autoridade, evidenciando-se a captação por convergência entre as referências mobilizadas e o discurso do candidato:

*Exemplo 1 – Redação com o tema “Invisibilidade e Registro Civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil” ENEM 2021*

Em “*Vidas secas*”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo. Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil. A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de identificação oficial da população.

Fonte: Portal do INEP – Cartilha do Participante (p. 35)

O participante inicia sua reflexão mencionando a obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, considerada cânone da literatura brasileira, não citando apenas o livro, mas, fazendo referência aos personagens para contextualizar o cenário de pobreza e evidenciar a invisibilidade que os sertanejos sofriam. Estabelecendo uma relação com a ficção, o candidato argumenta que, mesmo depois de muitos anos da publicação da obra, esse cenário de invisibilidade ainda é recorrente no Brasil. Diante disso, aponta a importância de compreender qual é o impacto causado nos indivíduos que não possuem registro civil no país.

Assim, a opção de Graciliano por não nomear os filhos de Fabiano, referindo-se a eles apenas como “mais velho” e “mais novo”, não é meramente um recurso narrativo, mas uma estratégia de crítica profundamente alinhada ao projeto estético ideológico do autor. Inserido no contexto do modernismo brasileiro, *Vidas Secas* retrata a condição de extrema precariedade social do sertanejo nordestino, marcado pela miséria, e pela invisibilidade. Ao negar os personagens o direito à identidade nominal, Graciliano evidencia a desumanização sistemática a que esses sujeitos estão submetidos. A ausência do nome próprio funciona, assim, como símbolo da exclusão social: sem nome, os personagens não apenas deixam de existir enquanto indivíduos no plano da narrativa, mas também no plano social mais amplo, como sujeito privado da cidadania, voz e reconhecimento institucional.

Portanto, em uma redação que discute os impactos da invisibilidade social provocada pela ausência de registro civil, o candidato faz referência à escolha narrativa do autor em não nomear aos filhos do protagonista, chamando-os apenas de “mais velho”

e “mais novo”, como estratégia de evidenciar a desumanização de indivíduos socialmente marginalizados. A analogia entre a ficção literária e o problema contemporâneo tratado na proposta temática demonstra a apropriação consciente e funcional do repertório, na medida em que a ausência de nome próprio, tanto na obra quanto na realidade atual, simboliza a negação do direito básico à identidade civil e, por consequência, à cidadania.

O uso da referência, nesse caso, apresenta convergência temática e conceitual com a redação, sem incorrer em deslocamento ou generalizações imprecisas. A intertextualidade mobilizada cumpre sua função argumentativa ao dialogar diretamente com o eixo problematizando da proposta, reforçando a tese sobre a importância do reconhecimento legal como condição para visibilidade social. Além disso, o uso da obra modernista se articula corretamente ao seu contexto histórico e literário, sem distorções quanto à intenção do autor citado, o que reforça a função de argumento de autoridade. O candidato também realiza uma paráfrase resumitiva da obra, demonstrando conhecimento do romance. Dessa forma, o repertório não apenas ampliar a discussão, mas também revela domínio da leitura crítica e habilidade de transposição de sentidos entre diferentes esferas discursivas — características essenciais à competência argumentativa esperada na avaliação do Enem.

A seguir, analisa-se outro exemplo onde a captação por convergência se manifesta juntamente com a função de argumento de autoridade, presente na redação 2017.02.B, em que o repertório mobilizado também estabelece relação direta e pertinente com a tese defendida.

*Exemplo 2– Redação com o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” ENEM 2017*

*Contudo, observam-se algumas distorções para essa garantia educacional. Infelizmente, os surdos são alvo de preconceito e são vistos erroneamente como incapazes. Isso é frequentemente manifestado na forma de violência simbólica, termo do sociólogo Pierre Bourdieu, que inclui os comportamentos, não necessariamente agressivos física ou verbalmente, que excluíam moralmente grupos minoritários, como a PCD, exemplificados na colocação desses indivíduos em postos de trabalho menos valorizados e menos remunerados. Adicionalmente, nota-se que outra manifestação dessa violência é a falta de uma infraestrutura escolar de qualidade com professores capacitados e com material adequado para garantir a devida formação educacional. Consequentemente, as vítimas dessa agressão simbólica tenderiam a se isolar, gerando, por exemplo, evasão escolar e redução da procura pela qualificação profissional e acadêmica por esses deficientes.*

Fonte: Portal do INEP – Cartilha do Participante (p. 31)

O candidato inicia sua argumentação mencionando o preconceito da sociedade com os deficientes auditivos e como ela os vê de forma marginalizada, baseados em ideias enraizadas e disseminada ao longo dos anos. Para contextualizar seu argumento, o candidato traz o conceito de violência simbólica do sociólogo Pierre Bourdieu que se refere à imposição de sentidos sociais, legitimada pelo hábito, que marginaliza certos grupos sem uso direto da força, tratando-se de uma exclusão moral. Em consequência disso, a “PCD”, abreviação utilizada pelo candidato para denominar “a pessoa com deficiência”, é inserida em postos de trabalho menos valorizados e consequentemente, menos remunerados. Em paralelo, o candidato cita a falta de infraestrutura e materiais adequados para a capacitação de professores para receber a PCD, um dos fatores para o manifesto dessa violência simbólica, fator que também corrobora para a evasão escolar de alunos com deficiência.

Porquanto, o conceito de violência simbólica, desenvolvido por Pierre Bourdieu, refere-se a formas sutis, invisíveis e legitimadas de dominação social. Diferentemente da violência física ou verbal explícita, a violência simbólica se manifesta por meio de práticas, gestos, discursos, estruturas e valores que, naturalizados pelo cotidiano e pelas instituições, reproduzem desigualdades sociais sem necessidade de coerção direta.

Deste modo, dentre os exemplos de intertextualidade mobilizada de forma pertinente, a menção ao conceito de violência simbólica destaca-se de forma legítima

quando aplicada à análise da exclusão enfrentada pelas pessoas surdas no sistema educacional brasileiro. Nesse caso, observa-se uma captação por convergência, no qual o repertório citado se articula de maneira produtiva ao tema proposto, permitindo ao autor do texto ampliar a compreensão do problema por meio de uma perspectiva sociológica.

Assim, o conceito é empregado para demonstrar que o preconceito contra pessoas com deficiência auditiva não se manifesta apenas em agressões explícitas, mas também por meio de práticas institucionalizadas, como a ausência de infraestrutura adequada e a negligência na formação de professores capacitados, que acabam legitimando a exclusão sob uma aparência de normalidade. Porquanto, o conceito de Bourdieu é mobilizado com fidelidade teórica, sem distorções ou generalizações indevidas. O candidato não menciona o autor apenas para elevar o nível de linguagem, mas como parte integrante ao raciocínio e função construtiva do texto, contribuindo para o fortalecimento do ponto de vista defendido, desempenhando a função legítima de argumento de autoridade.

Dessa forma, evidencia-se o uso crítico e consciente do repertório sociocultural, representando um exemplo de intertextualidade funcional e produtiva, sem traços de ornamentação textual ou deslocamento conceitual.

### **5.3.2 Parâmetro Funcional de Subversão por Generalização com Função de Ornamentação Textual**

Se entendemos captação para a convergência a preservação de ideias originais de sua fonte já enriquecida por um conhecimento prévio do autor e subversão uma modificação ou transformação do texto-fonte considerando as rupturas temáticas ou discursivas, levando à reinterpretação de sentidos ou à construção de novos, é possível afirmar que o parâmetro funcional dos textos analisados a seguir se alinham à subversão por generalização, uma vez que encontram-se deslocamentos conceituais sem fundamentação. A seguir, observa-se como essa articulação ocorre nos excertos selecionados da redação 2023.05.C, revelando nuances importantes sobre a apropriação do repertório sociocultural pelo autor da redação.

*Exemplo 3– Redação com o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” ENEM 2023.*

Outrossim, a perpetuação do machismo é uma arma que invisibiliza o valor social das mulheres. Foucault — filósofo francês — propôs os conceitos de silenciamento e normalização, explicando que a sociedade silencia alguns assuntos para perpetuar organizações de poder e normaliza problemas sociais quando eles se tornam repetitivos. Fazendo um paralelo com os estudos do filósofo, entende-se que o machismo foi normalizado pela sociedade devido a sua perpetuação ao longo da história e silenciado pelo patriarcado que queria manter-se no poder. Um exemplo pode ser visto quando o voto foi concedido às mulheres, que, de início, precisavam ser casadas com um homem para votar. Ou seja, até num pequeno indicio de liberdade, as mulheres tiveram seu valor social silenciado pelo machismo, realidade que está — negativamente — normalizada na sociedade atual.

FONTE: Portal do INEP – Cartilha do Participante (p. 47)

A argumentação culmina, neste parágrafo, na discussão sobre a desigualdade de gênero na sociedade. O candidato faz referência ao filósofo francês Foucault, em paralelo a uma conquista histórica que foi a validação do voto feminino. Assim, o candidato estabelece uma relação entre o conceito apresentado pelo autor citado e o machismo na sociedade.

O renomado filósofo, citado como referência no trecho analisado, sugere os conceitos de “silenciamento” e “normalização”, com enfoque em questões como as que aborda no livro “*Vigiar e Punir*” publicado em 1975. O autor explora a evolução das práticas de punição e disciplina no sistema penal, questionando as normas sociais, as estruturas de poder e a maneira como os indivíduos são moldados em uma perspectiva de resistência ao sistema. Apesar de dar ênfase às questões sociais em seu discurso e abordar a sexualidade como um campo de discurso e poder, Foucault não tem nenhuma obra que de fato especifique o machismo, essa generalização promovida pelo candidato na redação, ao extrapolar os conceitos adotados para além do contexto originalmente proposto – neste caso, do sistema penal para questões de gênero – resulta em uma espécie de deslocamento conceitual que compromete a fidelidade ao discurso da fonte.

O que se percebe é uma intencionalidade por parte do candidato de alcançar o parâmetro funcional de captação do conteúdo original, relacionando o conceito de Foucault sobre silenciamento e normalização, entretanto, ao apropriar-se de forma genérica dos conceitos, modificando-o. Consideramos esse parâmetro funcional como subversão para generalização por deslocar o conceito de silenciamento e normalização para questões de gênero, fragilizando, nesse aspecto, a articulação entre referência e argumento.

De acordo com os estudos de Forte (2013) já supracitada, a citação pode desempenhar diferentes funções textual-discursivas, entre elas a do argumento de autoridade, que se caracteriza pelo uso da voz de um especialista ou fonte reconhecida como forma de validar o ponto de vista do autor do texto. No caso analisado, por mais que o candidato recorra a uma referência externa e traga todas as características necessárias como – autor, especificação, conceito – para enriquecer sua argumentação, o uso da citação por argumento de autoridade pressupõe não apenas a presença de uma fonte reconhecida, mas sua inserção coerente no encadeamento argumentativo. Embora o candidato busque conferir legitimidade ao seu texto, sua aplicação revela um distanciamento do contexto original, comprometendo sua força persuasiva. Em vez de funcionar como reforço argumentativo, a citação acaba fragilizada pela inadequação conceitual, sinalizando um uso generalizado da autoridade discursiva.

Observa-se agora, a análise do segundo exemplo de captação para a divergência, em que a referência cumpre função predominantemente ornamental. Nesse caso, o repertório é inserido sem aprofundamento conceitual ou conexão efetiva com o desenvolvimento argumentativo, relevando uma apropriação generalizada que compromete sua produtividade no texto. A seguir, a análise da redação 2023.08.B:

A seguir, será analisada a redação 2016.06.C que confere maior implicitude em seu texto em relação a outros já analisados.

*Exemplo 4 - Redação com o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil" ENEM 2016*

*Outrossim, vale ressaltar que essa situação é corroborada por fatores socioculturais. Durante a formação do Estado brasileiro, a escravidão se fez presente em parte significativa do processo, e com ela vieram as discriminações e intolerâncias culturais, derivados de ideologias como superioridade do Homem Branco e Darwinismo Social. Lamentavelmente, tal perspectiva é vista até hoje no território brasileiro. Bom exemplo disso são os índices que indicam que os indivíduos seguidores e pertencentes das religiões afro-brasileiras são os mais afetados. Dentro dessa lógica, nota-se que a dificuldade de prevenção e combate ao desprezo e preconceito religioso mostra-se fruto de heranças coloniais discriminatórias, as quais negligenciam tanto o direito à vida quanto o direito de liberdade de expressão e religião.*

Fonte: Portal do INPE – Cartilha do Participante (p.39)

A argumentação do candidato se introduz desde a formação dos estados brasileiros até a atualidade. Períodos históricos como a escravidão, superioridade do homem branco e a teoria do darwinismo social aparecem em seu discurso de maneira sutil, sem fundamentação e aprofundamentos de ideias.

Em seguida, o candidato cita um índice que aponta que os indivíduos pertencentes a religiões de matrizes africanas são os mais afetados pelo preconceito religioso no Brasil. Embora haja menções conforme o parâmetro formal, como o da escravidão e darwinismo, demonstrando o conhecimento enciclopédico do candidato em relação a história do país, todos são pouco trabalhados na argumentação, servindo apenas de ornamento textual para os índices que o candidato cita indiretamente, não referenciando a fonte, ano e legitimidade da pesquisa, conferindo implicitude ao seu texto e enfraquecendo-o quando não traz nenhuma característica dos índices em questão para serem analisados como fonte de informação legítima e vinculada ao tema.

A função referencial do discurso utilizada não foi suficientemente aproveitada para engrandecer sua crítica, pois, quando o candidato recorre a alusões e a teorias pseudocientíficas a partir da menção de momentos históricos e do Darwinismo Social, o objetivo, é, muitas vezes, fortalecer a argumentação com reflexões que façam o leitor ativar em seu conhecimento que, em determinados períodos da história da humanidade, valores segregadores circulavam na sociedade com o status de conhecimento cientificamente validado. Observa-se, nesse caso, uma limitação na exploração conceitual

das noções mobilizadas como argumento de autoridade. A simples menção ao Darwinismo Social, sem o devido aprofundamento ou contextualização, reduz o potencial argumentativo da referência, restringindo-a a uma alusão vaga. Para que um conceito seja compreendido e reconhecido apenas por sua nomeação, é necessário que goze de ampla notoriedade e circulação no imaginário coletivo — condição que, neste caso, não se verifica plenamente. A ausência de uma breve explicitação compromete, assim, a eficácia persuasiva do repertório, esvaziando seu valor enquanto elemento articulador do raciocínio crítico. Neste caso, podemos dizer que essas menções indiretas funcionam como ornamentação textual, uma vez que são usadas para ornamentar ou dar mais “peso” ao discurso, tornando a argumentação mais rasa. A ausência de um olhar crítico pode levar à legitimação inadvertida das crenças propagadas pelo Darwinismo Social como se fossem argumentos de autoridade.

Esse conceito foi criado por Herbert Spencer, principal nome associado ao Darwinismo Social; Francis Galton, que era primo de Darwin, é mais conhecido por desenvolver a eugenia; William Graham Sumner, sociólogo norte-americano que defendia que os ricos eram naturalmente mais aptos. O darwinismo social foi usado para defender desigualdades, exclusão e até genocídios. Assim, há uma conexão possível entre o darwinismo social e a intolerância religiosa na medida em que ambas envolvem a ideia de que certos grupos são superiores a outros e merecem privilégios ou domínio. Portanto, o uso dessa alusão precisa ser cuidadosamente articulado. Para que ela funcione como repertório eficaz e produtivo, o candidato deve mostrar compreensão sobre a natureza da comparação que está propondo, explicando como a intolerância religiosa pode operar por meio de mecanismos similares aos do darwinismo social – como a exclusão de grupos considerados inferiores ou a negação de direitos com base em crenças. Neste caso, a teoria tinha potencial para ser um repertório relevante ao discutir intolerância religiosa, desde que bem explorado. Se essa alusão é apenas mencionada sem contextualização, ela perde força, aproximando-se de um deslocamento conceitual. O mesmo vale para os dados usados sem contextualização ou conferir legitimidade, quando o autor apenas menciona episódios históricos ou apresenta índices sem indicar a fonte ou interpretá-los, o repertório perde valor argumentativo comprometendo a qualidade discursiva.

Assim, enquanto a ornamentação textual revela uma fragilidade no uso da citação por falta de aprofundamento, o parâmetro funcional revela uma subversão para generalização, uma vez que à tentativa de articulação, mas os referentes não são bem

articulados, ocasionando uma generalização de conceitos, como visto em (1). Ambos reverberam desafios no manejo da intertextualidade e no aproveitamento pleno do argumento de autoridade, comprometendo a qualidade do repertório sociocultural apresentado.

A seguir, apresenta-se uma ocorrência em que a redação 2018.03.B não contempla um repertório sociocultural coerente, apresentando função de ornamentação textual e subversão para generalização:

*Exemplo 5– Redação com o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet” ENEM 2018*

*A princípio, é necessário avaliar como o uso de dados pessoais por servidores de tecnologia contribui para fomentar condutas intolerantes nas redes sociais. Em consonância com a filósofa Hannah Arendt, pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam estar habituados à convivência com o diferente. Todavia, a filtragem de informações efetivada pelas redes digitais inibe o contato do usuário com conteúdos que divergem dos seus pontos de vista, uma vez que os algoritmos utilizados favorecem publicações compatíveis com o perfil do internauta. Observam-se, por consequência, restrições ao debate e à confrontação de opiniões, que, por sua vez, favorecem a segmentação da comunidade virtual. Esse cenário dificulta o exercício da convivência com a diferença, conforme defendido por Arendt, o que reforça condutas intransigentes como a discriminação.*

Fonte: Portal do INEP – Cartilha do Participante (p.35)

O candidato inicia sua argumentação trazendo a menção de Hannah Arendt em sua reflexão sobre a necessidade do ser humano se adequar as diversidades do seu meio social. Vinculada a essa reflexão, o autor aborda a intolerância dos indivíduos quanto o uso de dados pessoais por servidores tecnológicos. Em seguida, o candidato articula ser benéfico o uso desses dados para a filtragem de conteúdo que alcança apenas o público alvo, proporcionando uma experiência satisfatória para os usuários, uma vez que buscam informações que sejam favoráveis as suas necessidades. Porquanto, o autor aponta divergências que podem surgir pelos usuários em consequência desse recurso de dados avançado, onde retoma mais uma vez a autora citada falando sobre a convivência com as diversas perspectivas dos indivíduos.

O que se espera é que a menção de Arendt seja usada para sustentar a ideia inicial de que, ao promover condutas intolerantes, o controle de dados se mostra oposto a uma noção de humanidade baseada na diversidade. Entretanto, a filósofa trata da pluralidade no sentido ético-político e filosófico. A ideia que o candidato traz pode ser vista especialmente em obras da autora como *A condição humana*, aparatos fundamentais para a vida política e humana que Arendt reflete.

Ao analisar as informações supracitadas, constata-se que ocorre uma generalização temática, de forma que, embora se busque captar o conteúdo original. A discussão central do parágrafo se dá na argumentação sobre controle de dados na internet e a menção de uma autora que contribui para pensamentos filosóficos, políticos e éticos da convivência humana no espaço público, de maneira geral, haja vista que, a autora não traz a discussão sobre algoritmos e tecnologia, seu pensamento é voltado para temas sociais. Logo, não há uma relação direta ou coerente entre as questões de manipulação de dados de plataformas digitais. Na redação, comete-se um deslocamento conceitual claro, utilizando-se Arendt fora do escopo original de seu pensamento que gera um processo de subversão para generalização do argumento central por falta de sustentação real de ideias.

O argumento de autoridade trazido pelo candidato, quando analisado, interpreta-se como ornamentação textual, servindo para suprir uma exigência de repertório, mas não o legítima.

A repetição de autores consagrados aplicados de forma genérica ou deslocada em relação ao tema proposto revela não apenas uma estratégia pouco aprofundada de inserção de autoridade discursiva, mas também a possível influência de um repertório “pronto” previamente selecionado e ensaiado em ambientes preparatórios. Assim como destaca Fernandes (2020, p. 100):

A repetição de argumentos fundamentados nas mesmas referências, supostamente, escolhidas e apresentadas aos candidatos por professores nas aulas de disciplinas direcionadas à produção textual escrita no ensino médio, em cursos preparatórios presenciais e em plataformas de ensino a distância. [...] os textos produzidos na prova de redação do ENEM são muito semelhantes, embora tenham sido elaborados por candidatos/autores de diferentes cantos do país.

Essa constatação reforça a ideia de que, em muitos casos, o uso de referências, como a de Hannah Arendt, que aparecem ao longo dos anos em diversas redações, é empregada pelos candidatos de modo a cumprir uma exigência pela e da prova do ENEM,

sendo motivada por escolas e instituições preparatórias para o exame. Os autores repetem-se, conforme visto na discussão do parâmetro referencial, sendo utilizados como “curingas” teóricos, descontextualizando-se conceitos que podem ser discutidos de forma “geral”, devido a motivações de instituições preparatórias, para parecerem sofisticados e adequados à argumentação, mesmo quando o conteúdo do autor pouco se relaciona com o eixo temático.

Na redação analisada, observa-se que a candidata recorre a Hannah Arendt não com base em uma citação direta ou paráfrase de suas reflexões filosóficas, mas como símbolo generalizado da "condição humana". Essa prática revela uma tendência recorrente entre os candidatos: a transformação de autores e conceitos em emblemas temáticos, descolados de suas formulações originais. Nesse tipo de menção, o nome da pensadora funciona como marcador de erudição, sem que haja articulação efetiva entre suas ideias e o problema discutido no texto. Tal escolha pode conferir uma aparência de profundidade argumentativa, mas carece de densidade conceitual e aproxima-se mais de um uso retórico do que de uma mobilização crítica do repertório.

Assim, constatamos que, por mais que a autora mencionada pelo candidato trate da convivência com as diferenças e a pluralidade humana, seu pensamento não aborda, de forma direta e indireta, o uso de dados pessoais e a atuação de servidores de tecnologia na manipulação de comportamentos, a inserção de sua perspectiva em um argumento voltado ao controle de dados nas redes sociais, resulta, portanto, em uma conexão forçada, que enfraquece o argumento de autoridade empregado. A menção à convivência com o diferente, ainda que tenha sido julgada válida enquanto demonstração de repertório cultural, é usada como apoio temático genérico, sem diálogo com o núcleo conceitual da autora. A forma como o candidato mobiliza o seu discurso de forma a encaixar a autora mencionada revela a preocupação em cumprir as competências exigidas para alcançar a nota máxima, desconsiderando uma articulação realmente vinculada com o tema proposto.

No trecho seguinte, evidencia-se na redação 2018.01.C, mais um deslocamento conceitual, embora o candidato pretenda conferir legitimidade ao texto, revela-se deslocada conceitualmente, operando mais como função de ornamentação do que como argumento de autoridade.

*Exemplo 6- Redação com o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet” ENEM 2018*

*Em segundo lugar, vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do indivíduo pós-moderno. Isso porque, de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall, o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades. Sendo assim, as preferências e ideias das pessoas estão em constante interação, o que pode ser limitado pela prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros. Por fim, seria negligente não notar como a tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário criam uma falsa sensação de livre-arbítrio e tolhe os múltiplos interesses e identidades que um sujeito poderia assumir.*

Fonte: Portal do INEP – Cartilha do Participante (p. 31)

Em seu desenvolvimento de ideias, o candidato aborda como o controle de dados está vinculado às concepções do indivíduo pós-moderno, uma vez que esse indivíduo atua na sociedade de forma a apresentar múltiplas identidades. Por consequência disso, as pessoas podem estar sendo limitadas de possíveis interações em razão do controle de dados existente nos mais diversos meios de comunicação atualmente. O candidato aponta a limitação de informações provenientes de outras fontes como prejudicial para que o indivíduo esteja inserido na diversidade cultural que a tecnologia e as redes possibilitam.

Ao mobilizar a noção de múltiplas identidades formulada por Stuart Hall, o autor da redação em análise busca estabelecer uma crítica ao controle de dados e à filtragem algorítmica promovida pelos meios de comunicação. No entanto, observa-se um deslocamento conceitual, uma vez que, em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* publicado em 1997 pelo autor e utilizada pelo candidato como aporte teórico, discute a constituição fluída e mutável da identidade na contemporaneidade, defendendo que o indivíduo agora é descentrado, fragmentado e composto por múltiplas identidades, mas sem tratar dos mecanismos tecnológicos de controle e filtragem de dados que vem sendo perpetuado nos últimos anos. Essa desconexão evidencia que a referência não cumpre plenamente sua função argumentativa, já que se apoia em um nome de autoridade para sustentar uma crítica cuja fundamentação teórica não é necessariamente pertinente com a ideia do autor citado. Desse modo, ocorre a subversão para generalização, uma vez que o candidato generaliza um conceito a favor de uma ideia que não dialoga diretamente com Stuart Hall.

A Cartilha do Participante (INEP, 2024) evidencia na avaliação da Competência II “A presença de repertório sociocultural, que se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribua como argumento para a discussão proposta”. Portanto, é necessário que esse repertório se articule de forma legítima e produtiva com o ponto de vista defendido. No caso analisado, observa-se uma menção aparentemente conceituada, mas que não se conecta de maneira pertinente com a problemática proposta pelo exame. Assim, embora haja tecnicamente a presença de repertório, e seu referente possua atribuições como profissão e especificação, há prejuízos quanto sua funcionalidade enquanto elemento argumentativo, comprometendo-o, já que não se alinha ao desenvolvimento da reflexão proposta pelo tema, ao invés de promover a continuidade argumentativa com as múltiplas identidades que o autor mencionado reflete, apenas cita esse conceito para tratar do controle e filtragem de dados, assim, o aporte teórico aparece brevemente como uma ideia que necessita de progressão, não se conectando efetivamente com informações contidas no texto do candidato.

A seguir, apresenta-se uma ocorrência em que o repertório é mobilizado de forma dissonante em relação ao tema proposto, a redação 2019.06.A, cumpre um papel predominantemente ornamental no texto, sem contribuir efetivamente para o aprofundamento argumentativo.

Na última análise, a redação 2017.01.A, contempla um uso de repertório marcado pela divergência temática, em que a referência assume pouco produtiva, sendo empregada como estratégia ornamental desvinculada do núcleo problematizador da redação.

*Exemplo 7– Redação com o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” ENEM 2017*

*Inicialmente, um entrave é a mentalidade retrógrada de parte da população, que age como se os deficientes auditivos fossem incapazes de estudar e, posteriormente, exercer uma profissão. De fato, tal atitude se relaciona ao conceito de banalidade do mal, trazido pela socióloga Hannah Arendt: quando uma atitude agressiva ocorre constantemente, as pessoas param de vê-la como errada. Um exemplo disso é a discriminação contra os surdos nas escolas e faculdades – seja por olhares maldosos ou pela falta de recursos para garantir seu aprendizado. Nessa situação, o medo do preconceito, que pode ser praticado mesmo pelos educadores, possivelmente leva à desistência do estudo, mantendo o deficiente à margem dos seus direitos – fato que é tão grave e excludente quanto os homicídios praticados em Esparta, apenas mais dissimulado.*

Fonte: Portal INEP – Cartilha do Participante (p. 29)

O candidato inicia sua argumentação trazendo um questionamento quanto a mentalidade retrógrada da população em relação à educação e à profissionalização dos surdos, considerando que sejam incapazes de exercer esses direitos. Em seguida, o candidato faz menção à Hannah Arendt com o conceito de “banalidade do mal” para enfatizar como as pessoas se acostumaram a tratar os surdos com indiferença, gerando discriminações nas escolas e faculdades e por consequência disso e outros fatores como recursos para o aprendizado, gera-se a evasão escolar pelo aluno com deficiência.

O conceito de banalidade do mal, trazido para o repertório, abrange várias facetas. O estudo da autora sobre o julgamento de Adolf Eichmann, responsável pela deportação de vários judeus para os campos de concentração, foi onde originou-se a discussão sobre o que seria a banalidade do mal. Nesse sentido, a autora afirma que não é uma motivação maligna, tampouco se caracteriza pelo desejo em fazer o mal, mas sim de uma irreflexão, ligada à incapacidade de questionar e refletir sobre as suas ações e impactos, ocasionando uma submissão as regras e uma obediência sistemática. Deste modo, a teoria da autora centra-se na perspectiva de ausência de pensamento crítico, reflexão moral e obediência cega. Tornando-se banal quando se institucionaliza, como em regimes autoritários ou mesmo quando não é percebido como mal devido a obrigações ou regras.

Como visto, a “banalidade do mal” trata-se de uma ausência de pensamento crítico diante do que está fazendo. O mal não seria praticado necessariamente por ódio, crueldade ou preconceito deliberado, ou seja, não se trata de más intenções pessoais, mas de irreflexão, de cumprir papéis sem questionar valores. O candidato, por sua vez, denuncia o preconceito contra surdos em suas primeiras frases, afirmando que a sociedade estabelece preceitos quanto ao grau de escolaridade e profissionalização dos deficientes auditivos. Em seguida, traz Arendt para sustentar o argumento de que “as pessoas deixam de perceber que estão fazendo o mal” e depois articula como olhares maldosos, julgamentos conscientes e atos indiferentes afastam os surdos dos espaços escolares. Por conseguinte, relaciona o preconceito e exclusão sofrido pelos deficientes auditivos com os homicídios que aconteciam em Esparta, na Grécia Antiga, quando crianças deficientes eram assassinadas por não terem o perfil para serem guerreiras. Assim, o candidato descreve ações deliberadas, discriminatórias e conscientes com intenção de exclusão.

Entretanto, a autora descreve o conceito como ações sem reflexão moral, muitas vezes sem intenção explícita de prejudicar, apenas baseadas na obediência sistemática.

Em razão de todos os fatores analisados, conclui-se que há um deslocamento conceitual. A autora busca estabelecer uma conexão com o conceito de banalidade do mal. No entanto, essa associação apresenta divergências significativas. Ao invés de descrever um mal irreflexivo, o candidato parece estar tratando de preconceito consciente e estrutural, o que se alinha mais a outras teorias. Deste modo, o parâmetro funcional alinha-se a subversão para generalização quando o conceito trazido para o texto e a argumentação posterior difere da ideia de Hannah Arendt de mal praticado por irreflexão.

A menção da autora também serve, no texto, como um recurso de ornamentação textual, conferindo um tom de erudição e profundidade à argumentação. Ao invocar uma filósofa renomada, a autora busca fortalecer sua crítica ao preconceito contra surdos, mesmo que a aplicação do conceito não seja plenamente adequada com sua articulação de ideias.

A presença reiterada da filósofa Hannah Arendt nas análises das redações evidencia um padrão que transcende a mera coincidência. Tal recorrência reflete, em grande medida, a influência das práticas pedagógicas e dos materiais direcionados por escolas e cursos preparatórios em que há uma tendência significativa de valorizar a memorização de estruturas prontas em detrimento da reflexão crítica e da elaboração original. Conforme destacado, “o sucesso da redação está em memorizar frases prontas para introduzir, desenvolver e concluir o texto dissertativo-argumentativo” (Oliveira, 2017, p. 44). Essa estratégia, embora facilite a produção textual em curto prazo, limita a capacidade do aluno de construir argumentos autênticos e buscar fontes que, de fato, potencializem o repertório sociocultural do candidato, fazendo com que, ao se deparar com temas mais específicos como – a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet e desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil – os textos tendem a apresentar formulações mecânicas e deslocamentos conceituais comprometendo sua profundidade discursiva. Essa prática evidencia uma preparação técnica e funcional, voltada a obtenção de notas, mas que fragiliza a construção de argumentos genuínos e prejudica o desenvolvimento de competências discursivas mais complexas, essenciais para a formação cidadã e crítica dos estudantes.

Dessa forma, ao utilizar o conceito de “banalidade do mal”, elaborado por Hannah Arendt para analisar comportamentos burocráticos e coniventes com regimes autoritários, em um contexto que discute os desafios educacionais enfrentados pelos surdos no Brasil, ocorre um claro deslocamento conceitual. A citação, embora renomada, não se articula de maneira orgânica com o tema proposto, revelando uma apropriação indevida do repertório. Tal uso evidencia como, por vezes, a escolha de referências celebres se sobrepõe à adequação conceitual, comprometendo a coerência argumentativa e demonstrando uma fragilidade no uso do repertório sociocultural exigido pela proposta dissertativa.

### **5.3.3 Parâmetro Funcional de Subversão por Vulgarização Conceitual com Função de Ornamentação Textual**

Observa-se, nos excertos a serem comentados, casos de subversão por vulgarização conceitual, no qual a inserção do repertório apresenta-se desconectada da linha argumentativa central, sendo usada de forma simplificada ou distorcida a ponto de perder seu rigor. Assim, funcionando mais como elemento ornamentação textual do que como recurso de construção crítica como mostrados a seguir na redação 2019.01.A:

#### *Exemplo 8– Redação com o tema “Democratização do acesso ao cinema no Brasil” ENEM 2019*

*Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas, de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil – país rico em expressões culturais que podem dialogar com esse modelo artístico –, por razões que dizem respeito tanto à sociedade quanto às leis.*

Fonte: Portal do INEP – Cartilha do Participante (p.33)

A princípio, o candidato discorre acerca das características que nos diferenciam dos animais, destacando a questão cognitiva, a nossa capacidade de pensar e articular ideias, reflexão bem difundida por David Hume, mencionado como aporte teórico para o que está sendo dito. Em consonância, a relação intertextual se presta a conduzir o tema sobre a democratização do cinema falando da capacidade de transpormos as ideias dos nossos pensamentos para as telas, criando outros universos e perspectivas a partir da criatividade e reflexão de nossas ideias. Porquanto, o candidato reforça a importância de democratizar o cinema no Brasil, reverberando a diversidade cultural existente e sua influência na sociedade, tornando possível o acesso livre de todos os indivíduos a esse modelo artístico.

O uso da menção a David Hume se ampara na ideia de que o cinema permite imaginar outros mundos e deve ser democratizado por esse e outros motivos. O autor mobiliza o discurso do filósofo de modo a evidenciar seu pensamento e torná-lo central para a argumentação culminada em todo o parágrafo, legitimando suas falas com base nesse aporte.

O autor mencionado foi um filósofo conhecido por sua filosofia empirista. Isso significa que ele acreditava que tudo que sabemos vem da experiência dos sentidos, ou seja, aquilo que vemos, ouvimos, falamos, tocamos ou sentimos. Assim, o autor defendia que a mente humana não cria ideias do nada, mas apenas organiza e associa ideias que já foram formadas a partir dessas experiências. Como forma de ilustrar a concepção empirista de David Hume, é comum recorrer ao exemplo do unicórnio – embora não exista na realidade, a imagem mental de um unicórnio só é possível porque o sujeito já teve impressões anteriores de um cavalo e um chifre, combinando-as. Então, quando o candidato diz: “ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido” isso contraria diretamente a teoria dele, uma vez que passa a ideia de que o pensamento cria algo totalmente novo e sem base na experiência, o que não é compatível com o que Hume defendia.

No texto, além da reflexão trazida pelo candidato ser o oposto do conceito que o autor defende, há uma vulgarização conceitual, uma vez que a argumentação não é bem desenvolvida, tratando-se de uma formulação imprecisa e abstrata, cuja a origem não é claramente vinculada à obra de Hume, correspondendo a subversão por vulgarização conceitual. Dessa forma a menção não contribui de maneira efetiva para o desenvolvimento do argumento, havendo uma ornamentação textual, utilizando a

referência filosófica não como parte estrutural da argumentação, mas como um recurso estético com finalidade de conferir uma aparente densidade argumentativa que se constrói ainda na introdução.

Além disso, a relação entre Hume e o debate sociopolítico sobre o acesso à arte e à cultura não estabelecem vínculo temático. Portanto, evidenciam-se dois pontos: a incoerência temática da menção trazida pelo candidato e a reflexão contrária à menção defendida por ele.

Considerando que “a produção textual escrita do candidato/autor é elaborada a partir de experiências subjetivas e sociais que compreendem sua experiência da linguagem” (Fernandes, 2020, p. 83) é esperado que o uso de repertórios reflita uma compreensão minimamente coerente entre o autor citado e a reflexão do candidato em relação a menção. No entanto, a menção atribuída a David Hume e a argumentação posterior a ela evidenciam um deslocamento conceitual e um descompasso entre o conteúdo referenciado e a proposta argumentativa desenvolvida. Demonstrando uma fragilidade na apropriação crítica dos saberes socioculturais e as premissas do autor trazido para fortalecer o discurso. Evidenciando, mais uma vez, como os candidatos procuram aplicar referências generalizadas na redação para atender as exigências do exame.

A seguir, na redação 2023.08.B analisa-se a referência trazida pelo candidato que segue o parâmetro funcional de subversão por vulgarização conceitual com função de ornamentação textual, vejamos:

*Exemplo 9- Redação com o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” ENEM 2023.*

Nesse diapasão, o trabalho de cuidado — atividades relacionadas à manutenção da harmonia social através da atenção ao ambiente doméstico e do ato de cuidar de outras pessoas — está amplamente associado às mulheres. Diante disso, é inegável que, desde o início da colonização brasileira, as ações de lavar, limpar e cozinhar fazem parte do ideal de participação social feminina. Sob esse prisma, segundo o alemão Albert Einstein, “é mais fácil destruir um átomo do que um preconceito”, ou seja, os papéis sociais de gênero atribuídos aos indivíduos, que foram perpetuados ao longo da história, estão enraizados na cultura do país, fato que é refletido pelos preconceitos e estereótipos machistas relacionados às mulheres, o que culmina na associação exclusiva do trabalho de cuidado a essa população.

Fonte – Portal do INEP – Cartilha do Participante (p.56)

O candidato discorre acerca das atividades que são destinadas e, conseqüentemente, rotuladas para as mulheres, como a da atenção ao ambiente doméstico e o ato de cuidar, reverberando que tal rotulo vem sendo culminado desde o início da colonização brasileira.

Para enriquecer seu texto, o candidato faz menção a Albert Einstein, – famoso físico teórico alemão que desenvolveu pilares importantes para o avanço da física moderna e da mecânica quântica – ao citar uma passagem em que Einstein supostamente reflete sobre o quão difícil é combater os preconceitos que estão enraizados na sociedade. Contudo, trata-se de uma citação cuja autoria não é comprovada por fontes confiáveis, sendo amplamente considerada apócrifa. A ausência de evidências documentais que atribuam essa frase, de forma inequívoca, a Einstein compromete sua legitimidade como argumento de autoridade. Assim, embora a referência tenha sido mobilizada com a intenção de conferir credibilidade à tese, a falta de rigor na verificação da fonte enfraquece sua função argumentativa e pode ser interpretada como um uso impreciso do repertório. Além disso, se analisarmos o parâmetro funcional a que esse texto argumentativo está inserido em correlação com o aparato de teorias e contribuições que se referem aos avanços científicos desse cientista, percebemos a incoerência da referência trazida pelo candidato e, conseqüentemente, o enfraquecimento dissertativo-argumentativo, uma vez que a frase citada por Einstein não se relacionam necessariamente com preconceitos de gênero.

Uma vez que avaliamos os pontos supracitados sobre as questões centrais de pesquisas do cientista e o tema proposto no exame, constatamos que ambos não estabelecem ligações. Embora o referencial seja explícito, a intertextualidade estrita esteja presente, e há, ainda, reprodução ao que se refere ao parâmetro formal pela reprodução exata do trecho citado pelo candidato, seus argumentos tendem a se distanciar da discussão sobre igualdade de gênero e valorização da mulher na sociedade.

O autor também constrói estrategicamente seu texto de modo que legitime ainda mais o referencial. Por isso, não apresenta a biografia e/ou especificação desse autor, comumente visto na tabela do parâmetro referencial dos anos analisados nesta pesquisa. Como é o caso de (1), o candidato apresenta o autor e sua especificação quando diz:

“Foucault – o filósofo francês -” ressaltando em travessões a carreira de Foucault, sua nacionalidade e a proximidade as ideias do texto. Em (9) vemos que o autor não se dispõe da especificação de “físico” de Einstein para favorecer sua persuasão, em vez disso, usa de sua nacionalidade, uma vez que esta passar a ser usada na função de ornamento textual. Para aparar suas ideias essa especificação não supre a legitimidade do autor que está sendo trazido para enriquecer o texto.

A utilização de estratégias linguísticas para conferir credibilidade a determinados discursos é uma prática recorrente. Um exemplo dessas estratégias é a evidencialidade, uma categoria linguística que ao não detalhar a origem das informações ou a autoridade das fontes citadas, contribui para uma falsa sensação de veracidade. Isso fica explícito quando textos deixam de fornecer dados sobre pesquisas ou cientistas mencionados, utilizando termos vagos que visam persuadir o leitor da autenticidade da narrativa. Assim, a omissão da área de atuação ou vínculo temático de Einstein exemplifica de maneira evidente a prática descrita no trecho acima. Portanto, a menção ao nome de uma figura importante para os avanços científicos de forma estratégica e superficial, sem ancoragem no conteúdo real dessas contribuições, está ligada mais a uma **ornamentação textual** que a um recurso de autoridade como já visto anteriormente por Forte (2013), essa função textual-discursiva serve para ornamentar o texto e não contribui efetivamente para o avanço do argumento, mas é empregada de modo a conferir legitimidade ao discurso de maneira superficial, como acontece em (2).

A ausência de informações específicas que são comumente utilizadas em uma citação, evidencia a tentativa de manipular o efeito de autoridade sobre o leitor. Ao analisarmos seguindo os conceitos de Forte (2013) e Nobre (2014) podemos perceber a carência em uma fundamentação mais sólida, visto como uma estratégia de persuasão e não de desenvolvimento crítico para enriquecer o repertório sociocultural por parte do candidato. Além disso, a falta de rigor ao quanto à verificação da autenticidade da citação, cuja autoria permanece controversa compromete a credibilidade do discurso.

#### **5.3.4 Parâmetro Funcional de Subversão por Anacronismo com Função de Ornamentação Textual**

Para o último exemplo, analisa-se a ocorrência de subversão anacrônica, onde as ideias do texto-fonte são resgatadas para respaldar uma problemática atual. A seguir, a redação 2019.06.A:

*Exemplo 10- Redação com o tema “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”  
ENEM 2019*

*Aristóteles, grande pensador da Antiguidade, defendia a importância do conhecimento para a obtenção da plenitude da essência humana. Para o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais. Nesse contexto, destaca-se a importância do cinema, desde a sua criação, no século XIX, até a atualidade, para a construção de uma sociedade mais culta. No entanto, há ainda diversos obstáculos que impedem a democratização do acesso a esse recurso no Brasil, centrados na elitização do espaço público e causadores da insuficiência intelectual presente na sociedade. Com isso, faz-se necessária uma intervenção que busque garantir o acesso pleno ao cinema para todos os cidadãos brasileiros.*

Fonte: Portal do INEP – Cartilha do Participante (p. 43)

O candidato ampara suas opiniões no argumento de autoridade mencionando Aristóteles, importante filósofo que construiu a ideia de que o conhecimento é a principal fonte para o sujeito alcançar a plenitude, sem isso, não poderíamos nos diferenciar dos animais. Sustentando suas ideias nesse conceito, o autor cita o cinema como viés cultural para obtenção de uma sociedade mais culta e rica em conhecimento. Entretanto, o candidato pontua motivos para que a democratização do cinema no Brasil ainda permaneça longe da realidade da população com menor poder aquisitivo.

Os postulados que Aristóteles desenvolve estão voltados para o conhecimento, a contemplação e a educação, mas não no sentido moderno, já que o filósofo viveu há mais de 2000 anos, em uma sociedade diferente.

Deste modo, a análise parte de um ponto crucial de articulação, em que os recursos intertextuais, apesar de contribuir para a coesão textual, pode gerar interpretações equivocadas caso os significados reunidos nas menções não sejam cuidadosamente verificados. Imediatamente, após a menção, o candidato introduz o tema proposto no exame e sua argumentação sobre a democratização do cinema só começa depois de apresentar o repertório do autor, a fim de conferir legitimidade ao que está para ser dito. Aqui estabelecemos três aspectos importantes. O primeiro deles diz respeito à própria menção, havendo uma subversão anacrônica, quando se associa diretamente o pensamento aristotélico à defesa da democratização do cinema no Brasil. Como já apontado,

Aristóteles viveu em uma sociedade completamente distinta do debate contemporâneo sobre políticas culturais, acesso à arte e elitização do espaço público. Além disso, o filósofo defendia que o ser humano se distingue das outras espécies por ser capaz de pensar racionalmente e buscar uma virtude intelectual, como conhecimento e a contemplação filosófica, sendo essa, a mais elevada. Portanto, vincular seu pensamento diretamente à ideia de que a falta de acesso ao cinema gera uma “insuficiência intelectual” na sociedade moderna gera uma extrapolação indevida de seu sistema filosófico.

Em segundo lugar, o candidato afirma que Aristóteles reflete que “sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos outros animais” o que é equivocado, já que Aristóteles, em suas obras, faz uma distinção entre seres humanos e os demais animais com base em um critério bem específico: a racionalidade. Para ele, o ser humano, acima de tudo, é um animal racional, dotado da capacidade de deliberar sobre o justo e o injusto, bem e mal, argumentar e viver em comunidade política. Portanto, o que diferencia o homem para o filósofo, não é o acúmulo de saberes ou acesso à cultura, mas sim a capacidade de raciocinar e comunicar-se por meio da razão. A ideia trazida pelo candidato, assim como visto no exemplo 8, não se alinha com a concepção do autor citado, sendo contrária ao seu pensamento. Portanto, transforma uma noção filosófica estrutural – a racionalidade como essência do humano – em uma formulação genérica e subjetiva, típica de discursos ensaísticos ou motivadores.

Em terceiro lugar, mencionar filósofos como Aristóteles pode enriquecer a redação, desde que se busque não comprometer a coerência das diferentes realidades. O que acontece é uma veiculação do uso desse autor de forma anacrônica, como se suas ideias pudessem ser aplicadas diretamente para qualquer debate contemporâneo, esse anacronismo conceitual, assim como afirma Barros “são aqueles que, quando são utilizados, pressupõem equivocadamente que os agentes históricos da época examinada pensavam como um homem moderno” Barros (2017, p. 159). Quando o candidato traz a menção para o debate sobre democratização ao cinema, pressupõe-se que a autoridade citada ao menos tenha obras ou reflexões que abordem o tema para que se estabeleça uma conexão com o que é citado e com o que posteriormente será dito, mas o que acontece é que essa problemática não existia na Grécia Antiga, sociedade profundamente distinta da nossa – escravocrata, hierarquizada e com um conceito de cidadania excludente. Assim, também “produz anacronismos quando transportado para contextos históricos anteriores à sua criação” (Barros, 2017, p. 159). Esse uso genérico de pensadores clássicos

compromete a construção argumentativa, pois deixa de se considerarem as diferenças de tempo, espaço e intenção das teorias originais, revelando mais uma tentativa de exibir erudição do que sustentar uma ideia com clareza e pertinente.

Além disso, a menção parece ter sido utilizada mais para conferir uma autoridade retórica ao texto do que para fundamentar de fato o argumento apresentado, configurando um uso ornamental do repertório, pois seu valor está mais na presença de um nome filosófico conhecido do que em uma contribuição real à construção argumentativa.

Portanto, mesmo que a menção buscasse relacionar conhecimento à construção de uma sociedade culta, ela não contribui de maneira direta com a proposta da redação, que versa sobre a democratização do acesso ao cinema. Assim, o repertório apresentado não é produtivo porque não busca aprofundar ou sustentar o ponto de vista apresentado.

## 6 PONTOS DE CHEGADA: SÍNTESE E NOVOS HORIZONTES

A análise dos parâmetros formal, referencial e funcional nas redações evidencia uma tendência significativa dos candidatos recorrerem a repertórios pré-estabelecidos para fundamentar seus argumentos. Embora tais referências possam conferir legitimidade e autoridade ao discurso, observa-se que, com frequência, são utilizadas de forma inadequada, resultando em generalizações conceituais que comprometem a profundidade analítica dos textos. A prevalência de menções e paráfrases, sem o devido aprofundamento crítico, revela uma apropriação limitada dos conteúdos, na qual os conceitos são frequentemente tratados como símbolos ou etiquetas discursivas, ao invés de serem efetivamente discutidos e contextualizados.

Desse modo, o objetivo central desta pesquisa alinha-se à promoção de uma reflexão crítica acerca da utilização recorrente de repertórios consagrados e amplamente difundidos, os quais, quando mobilizados de forma automatizada e pouco reflexiva, acabam por restringir a construção de uma argumentação genuinamente autoral e alinhada ao tema proposto. Embora dialogue, em certa medida, com questões relacionadas ao ensino da escrita, a principal contribuição deste estudo reside na problematização dos modelos intertextuais padronizados que, apesar de valorizados nos critérios avaliativos da prova, nem sempre colaboram para o desenvolvimento de discursos autênticos e efetivamente críticos nos processos formativos.

Reconhece-se que, ainda que o Enem adote critérios bem definidos por meio da matriz de competências e das instruções destinadas aos avaliadores, é importante considerar que o alto volume de redações a serem avaliadas, somado ao tempo relativamente curto destinado a cada texto, pode afetar a acurácia da correção. É possível supor que esse ritmo intenso de trabalho acabe, em certa medida, influenciando o julgamento das produções, favorecendo, talvez, a manutenção de algumas redações com falhas ou incoerências entre aquelas que recebem a pontuação máxima. Embora isso não ocorra de forma sistemática ou intencional, o fator humano envolvido no processo de avaliação não pode ser completamente desconsiderado.

No que se pode afirmar a despeito dos problemas apontados no processo de avaliação, as redações que recebem nota mil costumam apresentar um excelente domínio da competência I, que exige o uso adequado de regras gramaticais, de pontuação, de

ortografia e de acentuação na modalidade escrita formal da língua portuguesa, isso indica que, mesmo com possíveis limitações no sistema de correção, os textos com pontuação máxima tendem a corresponder, em grande parte, às expectativas da banca avaliadora. No entanto, como o INEP não divulga, de forma sistemática, redações com notas mais baixas, a ausência de um parâmetro comparativo dificulta análises mais equilibradas sobre os critérios aplicados sobre a real distinção entre os diferentes níveis de desempenho.

Ademais, destaca-se um problema recorrente relacionado à precisão e veracidade das citações utilizadas. A presença de atribuições duvidosas, sem evidências claras de autoria, compromete a credibilidade dos textos e demonstra certa fragilidade na checagem das fontes pelos candidatos. Tal prática enfraquece o argumento, tornando-o vulnerável a questionamentos e prejudicando a construção de um discurso sólido e confiável.

Sugere-se que pesquisas futuras direcionem atenção específica à investigação da ocorrência e do impacto das citações falsas ou duvidosas nas redações do ENEM, considerando não apenas a frequência com que essas referências aparecem, mas também o modo como são legitimadas pelo discurso escolar e pelas práticas de ensino de produção textual. A presença recorrente de citações sem comprovação ou mal atribuídas aponta para um fenômeno que transcende a simples negligência informativa: trata-se de uma prática que pode comprometer a integridade argumentativa e a confiabilidade do repertório sociocultural mobilizado pelos candidatos. Além disso, torna-se relevante examinar em que medida essas citações influenciam a avaliação dos corretores, muitas vezes mais atentos à aparência de erudição do que à acurácia das referências utilizadas. Estudos dessa natureza poderiam contribuir significativamente para o aprimoramento dos critérios avaliativos e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que incentivem a apropriação crítica e responsável do conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Hucitec, 1981.

BARROS, José d' Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler história**, n. 71, p. 155-180, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2930>. Acesso em 17. maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Cartilha do participante: redação do Enem 2017*. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf). Acesso em: 25. out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Cartilha do participante: redação do Enem 2018*. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2018/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf). Acesso em: 27.out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Cartilha do participante: redação do Enem 2019*. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2019/redacao\\_enem2019\\_cartilha\\_participante.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf). Acesso em: 29. out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Cartilha do participante: redação do Enem 2020*. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/a\\_redacao\\_do\\_enem\\_2020\\_-\\_cartilha\\_do\\_participante.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf). Acesso em: 14. nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Cartilha do participante: redação do Enem 2022*. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha\\_do\\_participante\\_enem\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf).

Acesso em: 10. jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Cartilha do participante: redação do Enem 2023*. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_examenes\\_da\\_educacao\\_basica/a\\_redacao\\_no\\_enem\\_2023\\_cartilha\\_do\\_participante.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2023_cartilha_do_participante.pdf). Acesso em: 17. jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Cartilha do participante: redação do Enem 2024*. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_examenes\\_da\\_educacao\\_basica/a\\_redacao\\_no\\_enem\\_2024\\_cartilha\\_do\\_participante.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2024_cartilha_do_participante.pdf). Acesso em: 28. jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Guia de correção da redação do Enem: competência I*. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2020/Competencia\\_1.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_1.pdf). Acesso em: 22. abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Guia de correção da redação do Enem: competência II*. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2020/Competencia\\_2.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_2.pdf). Acesso em: 23. abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Guia de correção da redação do Enem: competência III*. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2020/Competencia\\_3.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_3.pdf). Acesso em: 24. abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Guia de correção da redação do Enem: competência IV*. Brasília,

DF: INEP, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2020/Competencia\\_4.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_4.pdf). Acesso em: 24. abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Guia de correção da redação do Enem: competência V*. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2020/Competencia\\_5.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_5.pdf). Acesso em: 24.abr.2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disciplina, trabalho%20e%20%C3%A0%20pr%C3%A1tica%20social](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disciplina, trabalho%20e%20%C3%A0%20pr%C3%A1tica%20social). Acesso em: 19. nov. 2024.

DE OLIVEIRA, Thais Teixeira; DA SILVA, Peterson Luiz Oliveira; COSTA, Alan Ricardo. Repertório sociocultural em redações nota 1000 do ENEM: o que, como e onde?. **RE-UNIR- Rev. do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia**, v. 8, n. 2, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Alan-Costa/publication/377552276\\_Repertorio\\_sociocultural\\_em\\_redacoes\\_nota\\_1000\\_do\\_ENEM\\_o\\_que\\_como\\_e\\_onde/links/675645f1b558f41d0fc6d44d/Repertorio-sociocultural-em-redacoes-nota-1000-do-ENEM-o-que-como-e-onde.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Alan-Costa/publication/377552276_Repertorio_sociocultural_em_redacoes_nota_1000_do_ENEM_o_que_como_e_onde/links/675645f1b558f41d0fc6d44d/Repertorio-sociocultural-em-redacoes-nota-1000-do-ENEM-o-que-como-e-onde.pdf). Acesso em: 18. maio. 2025.

FERNANDES, Luana Aparecida Matos Leal et al. **O funcionamento enunciativo da argumentação: a prova de redação do ENEM**. 2020. 193. f Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31115>. Acesso em 17. maio. 2025.

FORTE, J. S. M. **Funções textual-discursivas de processos intertextuais**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8198>. Acesso em: 29. set. 2024.

GOMES, Suzana dos Santos. Avaliação das capacidades de leitura. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 63, p. 221–236, jan./mar. 2017. DOI: 10.1590/0104-4060.46325. Acesso em: 20. maio. 2025.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Intertextualidade e polifonia um só fenômeno?. **Delta: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 7, n. 2, 1991.

KOCH, BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

NOBRE, K. C. **Crítérios classificatórios para processos intertextuais**. 2014. 129 f. Tese (doutorado) - Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8243>. Acesso: 22. set. 2024.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. “Então eu posso dizer ‘eu’ na redação?”: da subjetividade na linguagem à autoria na argumentação escrita. **Rev. Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 36-50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/eidea-13-1387>. Acesso: 15. maio. 2025

PIRES, Vera Lúcia; ADAMES, Fátima Andréia Tamanini. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos semióticos**, v. 6, n. 2, p. 66-76, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5762283>. Acesso em: 22. maio. 2025.

ROSSATO, Silvana Laurini; DELLA MÉA, Célia Helena Peregrini. Intertextualidade e Polifonia: semelhanças e diferenças. **Disciplinarum Scientia Artes, Letras e Comunicação**, v. 5, n. 1, p. 171-193, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/679>. Acesso em: 18. maio. 2025.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - QUADRO ANALÍTICO DOS PARÂMETROS REFERENCIAL E FORMAL

REDAÇÃO	OCOR.	MARCA DE EXPLICITUDE/ IMPLICITUDE E PARÂMETRO FORMAL	EXCERTO
2016.01	A	(E): Referência a Constituição Federal seguido por ano de promulgação  (Adp): Paráfrase resumitiva dos direitos de cidadão	A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática
	B	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor.  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra filosófica do autor	(...) como disserta Gilberto Freyre em “Casa-grande e Senzala”. O autor ensina que a realidade do Brasil até o século XIX estava compactada no interior da casa-grande, cuja religião oficial era católica, e as demais crenças – sobretudo africanas – eram marginalizadas e se mantiveram vivas porque os negros lhes deram aparência cristã, conhecida hoje por sincretismo religioso
	C	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor seguido por honorífico  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra filosófica do autor	De outra parte, o sociólogo Zygmunt Bauman defende, na obra “Modernidade Líquida”, que o individualismo é uma das principais características – e o maior conflito – da pós-modernidade, e, conseqüentemente, parcela da população tende a ser incapaz de tolerar diferenças
2016.03	A	(E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase resumitiva dos direitos de cidadão	Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto. Entretanto, essa liberdade religiosa encontra-se afetada, uma vez que é notório o crescimento da taxa de violência com relação à falta de tolerância às diferentes crenças

2016.04	A	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Rep): Citação indireta com aspas	“É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito”. Com essa frase, Albert Einstein desvelou os entraves que envolvem o combate às diversas formas de discriminação existentes na sociedade. Isso inclui a intolerância religiosa, comportamento frequente que deve ser erradicado do Brasil.
	B	(E): Referência a Constituição Federal e à ONU  (Adp): Paráfrase resumitiva de legislações	Mesmo que legislações, como a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, já prevejam o direito à liberdade de expressão religiosa, enquanto não houver amadurecimento social não haverá mudança
	C	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Rep): citação direta com aspas	Ademais, cabe às escolas e às famílias educarem as crianças para que, desde cedo, aprendam que têm o direito de seguir suas escolhas, mas que devem ser tolerantes e respeitar as crenças do outro, afinal, como disse Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”
2016.05	A	(E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase de direito à liberdade religiosa	O Brasil foi formado pela união de diversas bases étnicas e culturais e, conseqüentemente, estão presentes em seu território várias religiões. Entretanto, nem essa diversidade nem a liberdade religiosa garantida pela Constituição Cidadã faz com que o país seja respeitoso com as diferentes crenças
	B	(I): Alusão à filosofia Kantiana  (Menç): Menção à Sistema filosófico Kantiano	Fazendo uma analogia com a filosofia kantiana, a intolerância existente pode ser vista como o resultado de fatores inatos ao indivíduo com o que foi incorporado a partir das experiências vividas
	C	(E): Citação de dito popular entre de aspas  (Rep): Citação direta entre aspas	Também pode-se comprovar a existência da intolerância religiosa pela frase popular “religião não se discute”, que propõe ignorar a temática para evitar os conflitos evidentes ao se tratar do assunto

	D	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Rep): Citação direta com aspas	Concomitantemente, é fundamental o papel da escola de pregar a tolerância já que, segundo Immanuel Kant, “o homem é aquilo que a educação faz dele”.
2016.06	A	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Menç): Menção a obra literária pelo título entre aspas	Em meados do século passado, o escritor austríaco Stefan Zweig mudou-se para o Brasil devido à perseguição nazista na Europa. Bem recebido e impressionado com o potencial da nova casa, Zweig escreveu um livro cujo título é até hoje repetido: “Brasil, país do futuro”
	B	(E) Referência à conceitos pseudocientíficos  (Menç): Menção a conceitos pseudocientíficos	Durante a formação do Estado brasileiro, a escravidão se fez presente em parte significativa do processo, e com ela vieram as discriminações e intolerâncias culturais, derivados de ideologias como superioridade do Homem Branco e Darwinismo Social.
2016.07	A	(E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase resumitiva do direito à liberdade religiosa	Embora seja direito assegurado a todos os cidadãos pela Constituição Federal, a liberdade religiosa não é garantida de modo isonômico aos brasileiros
	B	(I): Alusão a sociólogos da “Geração de 30”  (Adp): Paráfrase resumitiva das ideias dos sociólogos	Segundo os sociólogos da chamada “Geração de 30”, muito importantes para o desenvolvimento da antropologia no país, o Brasil é formado por uma fricção interétnica. Isto é, desde os tempos da colonização, diferentes culturas compartilham o mesmo território
	C	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva das ideias do autor	Consoante aos ideais liberais de John Locke, as leis brasileiras caracterizam-se pelo respeito às liberdades individuais, o que é, sem dúvidas, uma grande conquista dos brasileiros
2016.08	A	(E): Referência a Constituição seguido por ano de promulgação	Assim, tornam-se progressivamente mais comuns episódios de violência motivados pela religião, o que é contraditório, visto que o Brasil é laico e a Constituição de 1988 garante a

		(Adp): Paráfrase resumitiva ao direito à liberdade de crença	liberdade de crença das diferentes manifestações culturais
	B	(E): Referência à nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias da autora	Como, segundo Marilena Chauí, a democracia é baseada na igualdade, liberdade e participação, percebe-se que a não participação de toda a sociedade na política, aliada à frágil liberdade religiosa, dificultam a existência de um regime democrático pleno no Brasil
2017.01	A	(E): Referência à área de atuação seguido de nome e sobrenome do autor  (Menç): Menção a conceito filosófico	Inicialmente, um entrave é a mentalidade retrógrada de parte da população, que age como se os deficientes auditivos fossem incapazes de estudar e, posteriormente, exercer uma profissão. De fato, tal atitude se relaciona ao conceito de banalidade do mal, trazido pela socióloga Hannah Arendt: quando uma atitude agressiva ocorre constantemente, as pessoas param de vê-la como errada
	B	(E): Referência à sobrenome do autor seguido de área de atuação e nacionalidade  (Rep): Citação direta sem aspas	De acordo com Habermas, incluir não é só trazer para perto, mas também respeitar e crescer junto com o outro.
2017.02	A	(E): Referência ao Estatuto da Pessoa com Deficiência  (Menç): Menção ao Estatuto Da Pessoa com Deficiência	A plena formação acadêmica dos deficientes auditivos, uma parcela das chamadas Pessoas com Deficiência (PCD), é um direito assegurado no recém-aprovado Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, também conhecido como Lei da Acessibilidade. Além de um direito legalmente garantido, a educação para esse grupo social é sociologicamente analisada como essencial para uma sociedade tolerante e inclusiva
	B	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor	Segundo Hannah Arendt, em sua teoria sobre o Espaço Público, os ambientes e as instituições públicas – inclusive as escolas e as faculdades – têm que ser completamente inclusivas a todos do

	(Adp): Paráfrase resumitiva de conceito da autora	espectro social para exercer sua total funcionalidade e genuinidade
	C (E): Referência à PCD e à Constituição Federal e seguido por ano de promulgação  (Adp):	Além disso, outra importância é o cumprimento dos direitos à educação e ao desenvolvimento intelectual, assegurados no Estatuto da PCD e na Constituição Federal de 1988, que não discrimina o acesso à cidadania a nenhum grupo social, sendo, dessa forma, uma obrigação constitucional
	D (E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	Isso é frequentemente manifestado na forma de violência simbólica, termo do sociólogo Pierre Bourdieu, que inclui os comportamentos, não necessariamente agressivos física ou verbalmente, que excluíam moralmente grupos minoritários, como a PCD, exemplificados na colocação desses indivíduos em postos de trabalho menos valorizados e menos remunerados
2017.03	A (E): Referência à honorífico seguido de nome completo do autor  (Menç): Menção a perspectiva filosófica do autor citado	Sob a perspectiva filosófica de São Tomás de Aquino, todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres.
	B (E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	O filósofo italiano Norberto Bobbio afirma que a dignidade humana é uma qualidade intrínseca ao homem, capaz de lhe dar direito ao respeito e à consideração por parte do Estado.
2017.04	A (E): Referência à Constituição Federal seguido por ano de promulgação e à EPCD  (Adp): Paráfrase resumitiva de direito à educação	(...) muitos deficientes auditivos encontram dificuldades para acessar o Ensino Fundamental, Médio ou Superior (...). Tal panorama representa a violação da Constituição Federal de 1988 e do Estado da Pessoa com Deficiência, os quais são mecanismos jurídicos que asseguram o acesso à educação como um direito de todos os deficientes

	B	(E): Referência à honorífico seguido de sobrenome  (Rep): Citação direta com aspas	Ademais, em muitas instituições de ensino, deficientes auditivos ainda são vítimas de xingamentos e até de agressões físicas por parte de outros alunos, ações que caracterizam o bullying. Nesse contexto, o filósofo iluminista Voltáire já afirmava: “Preconceito é opinião sem conhecimento”.
2017.05	A	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Para o filósofo francês Voltaire, a lei essencial para a prática da igualdade é a tolerância. Porém, nas escolas, onde as diferenças aparecem, essa característica não se concretiza.
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Nesse ambiente, a surdez se torna motivo para discriminação e para o bullying, contrariando o objetivo da educação de elevar e emancipar o indivíduo, como defende o sociólogo Paulo Freire, idealizador da educação brasileira
	C	(E): Referência à Constituição Federal seguido por ano de promulgação e DUDH  (Adp): Paráfrase de direitos dos PCD	Essa ideia se torna paradoxal quando comparada à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à Constituição Federal (1988), documentos de alta hierarquia, comprovando a necessidade de incluir e assistir a população surda nos processos educacionais brasileiros
2017.06	A	(E): Referência a DUDH  (Adp): Paráfrase resumitiva dos direitos humanos	Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual assegura, em plano internacional, a igualdade e a dignidade da pessoa humana
	B	(E): Referência à Lei Brasileira de Inclusão  (Menç): Menção à LBI	Embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) atenda a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência, realizada em 2006 pela ONU, sua finalidade encontra obstáculos, seja na estrutura escolar vigente, seja na falta de preparo do corpo docente

	C	(E): Referência ao nome do autor  (Adp): Paráfrase de ideias do autor	Além disso, a ineficiente integração no âmbito escolar/acadêmico resulta em efeitos fora dele. Conforme afirmou Aristóteles, é preciso tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida exata de suas desigualdades
2017.07	A	(E): Referência ao INEP  (Adp): Paráfrase de dados do INEP	A formação educacional de surdos encontra, no Brasil, uma série de empecilhos. Essa tese pode ser comprovada por meio de dados divulgados pelo Inep, os quais apontam que o número de surdos matriculados em instituições de educação básica tem diminuído ao longo dos últimos anos
	B	(E): Referência a Constituição Federal seguido por ano de promulgação  (Adp): Paráfrase resumitiva do direito à educação	(...) uma vez que milhares de surdos de todo o país têm o seu direito à educação vilipendiado, confrontando, portanto, a Constituição Cidadã de 1988, que assegura a educação como um direito social de todo cidadão brasileiro
2017.08	A	(E): Referência ao nome e sobrenome seguido de honorífico do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Helen Keller – primeira mulher surdo-cega a se formar e tornar-se escritora – definia a tolerância como o maior presente de uma boa educação
	B	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	(...) a escola deve preparar surdos e ouvintes para uma convivência harmoniosa, com a introdução de aulas de LIBRAS na grade curricular, a fim de uniformizar o corpo social e, também, cumprir com a máxima de Nelson Mandela que constitui a educação como o segredo para transformar o mundo
	A	(E): Referência à honorífico seguido de sobrenome do autor  (Rep): Citação direta com aspas	(...) Essas atitudes deploravelmente constantes no Brasil ratificam a máxima atribuída ao filósofo Voltaire: “Os preconceitos são a razão dos imbecis”.

2017.09	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Rep): Citação direta com aspas	Assim, reduzir-se-ão os empecilhos existentes hoje em relação à educação de surdos na Nação e formar-se-ão cidadãos mais aptos a compreender a necessidade de respeito a eles, afinal, segundo o filósofo Immanuel Kant: “O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”.
2018.01	A	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de música	Em sua canção “Pela Internet”, o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a quantidade de informações disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	(...) é pertinente trazer o discurso do filósofo Jürgen Habermas, no qual ele conceitua a ação comunicativa: esta consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia
	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor	(...) vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do indivíduo pós-moderno. Isso porque, de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall, o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades
2018.02	A	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase de ideias do autor	Segundo o pensador Thomas Hobbes, o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população
	B	(I): Alusão a filosofia marxista  (Adp): Paráfrase de ideias marxistas	De acordo com o pensamento marxista, priorizar o bem pessoal em detrimento do coletivo gera inúmeras dificuldades para a sociedade

	C	(E): Referência ao sobrenome do autor  (Rep): Citação direta com aspas	Afinal, conforme afirmou Rousseau: “a vontade geral deve emanar de todos para ser aplicada a todos”
2018.03	A	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias da autora	Em consonância com a filósofa Hannah Arendt, pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam estar habituados à convivência com o diferente
2018.04	A	(E): Referência à honorífico seguido de sobrenome dos autores	De acordo com as pesquisas dos sociólogos Adorno e Horkheimer sobre Indústria Cultural, as mídias digitais possuem uma grande capacidade de atuar como formadoras e moldadoras de opinião
2018.05	A	(I): Alusão ao contexto histórico da Era Vargas seguido de nome, sobrenome e data  (Adp): Paráfrase de propaganda político partidária da Era Vargas	A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial
	B	(I): Alusão à corrente filosófica de Frankfurt  (Menç): Menção à Escola Teórica de Frankfurt	Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica
	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva do conceito de espaço de autonomia	Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia, devido ao seu caráter informativo e deliberativo
	A	(E): Referência à honorífico seguido de	(...) há o livro “Rápido e devagar: duas formas de pensar”, do especialista comportamental Daniel Kahneman, no

2018.06		<p>nome e sobrenome do autor</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de filosófica</p>	<p>qual esse expõe e comprova – por meio de décadas de experimentos socioculturais – a incisiva influência dos meios de comunicação no julgamento humano</p>
	B	<p>(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico</p>	<p>Dessa maneira, o povo tende a agir segundo o conceito de menoridade, do filósofo iluminista Immanuel Kant, no qual as decisões pessoais são tomadas pelo intelecto e influência de outro</p>
2018.07	A	<p>(E): Referência à título de filme e respectivo gênero</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo do filme</p>	<p>No filme “Matrix, clássico do gênero ficção científica, o protagonista Neo é confrontado pela descoberta de que o mundo em que vive é, na realidade, uma ilusão construída a fim de manipular o comportamento dos seres humanos, que, imersos em máquinas que mantêm seus corpos sob controle, são explorados por um sistema distópico dominado pela tecnologia</p>
	B	<p>(E): Referência à honorífico e recorte cronológico seguido de nome e sobrenome do autor</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor</p>	<p>(...) cabe analisar o papel da internet no controle do comportamento sob a perspectiva do sociólogo contemporâneo Zygmunt Bauman. Segundo o autor, o crescente desenvolvimento tecnológico, aliado ao incentivo ao consumo desenfreado, resulta numa sociedade que anseia constantemente por produtos novos e por informações atualizadas</p>
2019.01	A	<p>(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de ideais do autor</p>	<p>Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido</p>
	B	<p>(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor</p>	<p>(...) pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro “Homo Ludens”, ratifica a constante busca humana pelo prazer</p>

	(Adp): Paráfrase de ideia central de obra filosófica	lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar	
C	(E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase de Artigo da Constituição Federal	(...) é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado	
D	(E): Referência ao nome e sobrenome de autor  (Rep): Citação direta com aspas	Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que propunha Dante Alighiere, em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”	
2019.02	A	(E): Referência à título de filme  (Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo do filme	O filme “Bastardos Inglórios”, ao contextualizar cenas em meados do século XX, retrata o caráter elitista das exposições de cinema, uma vez que eram feitas em espaços de socialização das classes ricas da época
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase de conteúdo da pesquisa do autor	Com efeito, o geógrafo Milton Santos, ao estudar a organização das cidades do Brasil, postula que o processo rápido e desorganizado de construção urbana provocou a marginalização de grande parte dos cidadãos
	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito	(...) a teoria do sociólogo Pierre Bourdieu acerca do “capital cultural” vai ao encontro da realidade discutida. Em seus postulados, Bourdieu discute a influência das referências socioespaciais nos costumes do indivíduo, concluindo que o desenvolvimento de valores que incluem certas culturas é imprescindível à manutenção dos costumes referentes a elas
	D	(E): Referência ao nome completo do autor	Um exemplo disso é o relato da autora Carolina Maria de Jesus, em seu livro “Quarto de despejo”, no qual ela conta que, por residir na periferia, o dinheiro

		(Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	que seus filhos gastariam para assistir aos longas no cinema não seria suficiente nem para pagar seus deslocamentos
2019.03	A	(E): Referência ao nome de site  (Adp): Paráfrase resumitiva de dados do site	A questão do acesso ao cinema, apesar de não ser amplamente discutida, é um problema muito expressivo no Brasil atualmente. A gravidade do quadro é evidenciada pelos dados do site Meio e Mensagem: 83% da população brasileira não frequentam tal ambiente
	B	(E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase resumitiva do direito ao lazer	Tendo em vista que a parcela mais pobre da população, geralmente, não consegue arcar com os custos de frequentar o cinema e sabendo que o acesso ao lazer é um direito garantido pela Constituição Federal
	C	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido do nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase de conceito filosófico	(...) percebe-se a ocorrência da “Cidadania de papel”, termo cunhado pelo escritor paulista Gilberto Dimenstein, que diz respeito à existência de direitos na teoria (Constituição), os quais não ocorrem, de fato, na prática
2019.04	A	(E): Referência ao título de filme e personagens principais  (Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo do filme	Na obra “A Invenção de Hugo Cabret”, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Méliès, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto
	B	(E): Referência à Constituição Federal seguido por ano de promulgação  (Adp): Paráfrase resumitiva do direito ao lazer	Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro
	C	(E): Referência à honorífico seguido de	Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a

	<p>nome e sobrenome do autor</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor</p>	<p>competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento</p>
2019.05	<p>A</p> <p>(E): Referência a título de filme</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo do filme</p>	<p>Prova dessa realidade é o filme “Cine Hollyúde”, lançado no Brasil, o qual mostra a dificuldade das pessoas que habitam no interior em assistir à primeira obra cinematográfica da cidade, devido à precariedade estrutural do cinema local</p>
	<p>B</p> <p>(E): Referência ao nome de site</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de dados do site</p>	<p>(...) a busca por tal lazer aumentou, de acordo com dados do “site” “Meio e mensagem”, as empresas exibidoras estão cada vez mais visando ao lucro em detrimento de uma diversão e interação pública</p>
	<p>C</p> <p>(E): Referência à honorífico seguido do nome e sobrenome do autor</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor</p>	<p>Isso ocorre, segundo o pensador Karl Marx, graças à busca excessiva por capital (dinheiro), tornando o cinema apenas como um “lugar lucrativo”</p>
2019.06	<p>A</p> <p>(E): Referência ao nome de autor seguido de honorífico</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor</p>	<p>Aristóteles, grande pensador da Antiguidade, defendia a importância do conhecimento para a obtenção da plenitude da essência humana. Para o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais</p>
	<p>B</p> <p>(E): Referência a Constituição Federal</p> <p>(Adp): Paráfrase de direitos do cidadão</p>	<p>(...) tem-se a noção de que a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o acesso igualitário aos meios de propagação do conhecimento, da cultura e do lazer</p>
	<p>C</p> <p>(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor</p>	<p>Essa segregação é identificada na elaboração da tese da “subcidadania”, escrita pelo sociólogo Jessé Souza, que denuncia a situação de vulnerabilidade social vivida pelos mais pobres, cujos direitos são negligenciados tanto pela</p>

	(Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	falta de ação do Estado quanto pela indiferença da sociedade em geral
	D (E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	Essa situação relaciona-se com o conceito de “alienação”, descrito pelo filósofo alemão Karl Marx, que caracteriza o estado de insuficiência intelectual vivido pelos trabalhadores da classe operária no contexto da Revolução Industrial, refletido na camada pobre brasileira atual
2019.07	A  (Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo do filme	De modo ficcional, o filme “Cine Holiúdi” retrata o impacto positivo do cinema no cotidiano das cidades, dada a sua capacidade de promover o lazer, socialização e cultura
	B (E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra filosófica	Isso posto, segundo o filósofo inglês Nick Couldry em sua obra “Por que a voz importa?”, a sociedade neoliberal hodierna tende a silenciar os grupos menos favorecidos, privando-os dos meios de comunicação
	C (E): Referência à Constituição Federal  (Adp): Paráfrase resumitiva de direito à acessibilidade	Conquanto a acessibilidade seja um direito assegurado pela Carta Magna e os cinemas disponham de lugares reservados para cadeirantes, não há intérpretes de LIBRAS (...)
2021.01	A (E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade
	B (E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor	Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática,

	(Adp): Paráfrase resumitiva do conceito de cidadanias mutiladas	engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade
	C (E): Referência à honorífico seguido de nome completo do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana
2021.02	A (E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantir a representatividade política de todas as pessoas.
	B (E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida
	C (E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes
2021.03	A (E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase dos direitos e deveres do cidadão	Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento
	B (E): Referência com o Relatório da PNUD	Sob esse viés, destaca-se que, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,

	(Adp): Paráfrase de dados do relatório	o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo
2021.04	A  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	Em sua obra “Os Retirantes”, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis socioeconomicamente, são invisibilizados enquanto cidadãos
	B  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Logo, assim como estudado pelo historiador Caio Prado Júnior, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de um sentimento de identificação como brasileiro
	C  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	(...) assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada
	D  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	(...) assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania
2021.05	A  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo

	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome completo	(...) como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis
	C	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor	(...) de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”
2021.06	A	(E): Referência a Constituição Federal seguido por ano de promulgação	A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	(...) é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social
	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito	(...) é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia
2021.07	A	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase de conceito filosófico	(...) segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente

	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	(...) é lícito citar que, de acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente
2022.01	A	(E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase resumitiva de direitos do cidadão	No Brasil, o Artigo 1º da Constituição Federal de 1988 delibera a garantia da cidadania e da integridade da pessoa humana como fundamento para a instituição do Estado Democrático de Direito, no qual deve-se assegurar o bem-estar coletivo
	B	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	(...) de acordo com o sociólogo canadense Erving Goffman, o estigma caracteriza-se por atributos profundamente depreciativos estabelecidos pelo meio social
	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome dos autores  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra filosófica	(...) segundo a obra “O Capital”, escrita pelos filósofos economistas Karl Marx e Friedrich Engels, o capitalismo prioriza a lucratividade em detrimento de valores
2022.02	A	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo do poema	O poema “Erro de Português”, do escritor modernista Oswald de Andrade, retrata o processo de aculturação dos indígenas durante a colonização do Brasil
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor	(...) cenário que comprova o pensamento da escritora brasileira Cecília Meireles, em sua obra “Crônicas da Educação”, na qual consigna: a educação é fundamental para a orientação individual, ou seja, para a criticidade nas inúmeras situações da vida social.

		(Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	
2022.03	A	(E): Referência a Constituição Federal seguido por ano de promulgação	A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento que se propôs a se empenhar a contemplar todos os povos existentes no país
	B	(E): Referência as leis de diretrizes e bases e BNCC  (Adp): Paráfrase resumitiva de documentos	Sob esse prisma, a Lei de Diretrizes e Bases, ao instituir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), determina o conteúdo e as prescrições do que será estudado nas instituições de ensino brasileiro, bem como objetiva promover a inclusão e o respeito por meio do ato de lecionar
2022.04	A	(E): Referência à honorífico e filiação estilística seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo do poema	O poeta modernista Oswald de Andrade relata, em “Erro de Português”, que, sob um dia de chuva, o índio foi vestido pelo português — uma denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de teoria filosófica	(...) de acordo com a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, o direito dos povos originais à terra é inato, sendo anterior, até, à criação do Estado brasileiro
	C	(I): Alusão à conceito científico da área da biologia  (Menç): Menção à conceito de magnificação trófica	(...) povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar — provocando a morte de peixes e a infecção de humanos por mercúrio
2022.05	A	E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra filosófica	No livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, Ailton Krenak critica o distanciamento entre a população brasileira como um todo e a natureza, o que não se aplica às comunidades indígenas

2022.06	A	(E): Referência a ONU e a Agenda “2030”	Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a parceria para a garantia do desenvolvimento sustentável é uma das dezessete metas do programa “Agenda 2030”
	B	(E): Referência nome de série  (Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo da série	(...) a série “Aruanas” aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres que lutam contra esquemas criminosos na Amazônia e que tentam assegurar a segurança e a sobrevivência das comunidades inseridas nesse meio
	C	(E): Referência a Constituição Federal seguido por ano de promulgação  (Adp): Paráfrase resumitiva de demarcação de terra para os quilombolas	(...) a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a demarcação de terras para os quilombolas, representando um marco institucional na consolidação dos seus direitos
2022.07	A	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva do conteúdo da canção	Na música “Imagine”, de John Lennon, é retratada uma sociedade que se une, apesar das diferenças culturais, a fim de alcançar a felicidade
	B	(E): Referência a Constituição Federal seguido por ano de promulgação  (Adp): Paráfrase resumitiva de direito à educação	(...) segundo a Constituição Federal de 1988, todo cidadão brasileiro possui o direito à educação, cabendo ao Estado a sua efetivação no corpo social
2022.08	A	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias da autora	Para a pensadora contemporânea Djamilla Ribeiro, é preciso tirar as situações da invisibilidade para que soluções sejam encontradas
	B	(E): Referência à honorífico seguido de sobrenome do autor	“Para a ganância, toda natureza é insuficiente” – a frase, do filósofo Sêneca, critica uma concepção recorrente na atual conjuntura brasileira, segundo a

		(Rep): Citação direta com aspas	qual o meio-ambiente é visto como um objeto para o lucro humano
2022.09	A	(E): Referência ao IPHAN  (Menç): Menção ao IPHAN	(...) o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) afirma as heranças tradicionais desses grupos como constituintes do patrimônio imaterial brasileiro
	B	(E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase de direitos do cidadão	(...) a Constituição Federal assegura direitos inalienáveis a todos os cidadãos brasileiros, abordando o dever de inclusão de povos tradicionais nas decisões públicas
2022.10	A	(E): Referência à honorífico seguido de nome completo do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	(...) como já estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há no Brasil uma espécie de “Colonialismo Insidioso”, isto é, a manutenção de estruturas coloniais perversas de dominação, que se disfarça em meio a avanços sociais, mas mantém a camada mais vulnerável da sociedade explorada e negligenciada
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Menç): Menção à conceito filosófico	(...) com base nos estudos da filósofa Sueli Carneiro, é perceptível a existência de um “Epistemicídio Brasileiro” na sociedade atual, ou seja, há uma negação da cultura e dos saberes de grupos subalternizados, a qual ainda é mais reforçada por setores midiáticos
2023.01	A	E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	Na obra intitulada “Brasil, País do Futuro”, Stefan Zweig, autor austríaco, em sua visita ao Brasil, defendeu a ideia de que o país estava destinado a ser um dos mais importantes países do mundo no futuro
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor	Nessa perspectiva, o pensador Thomas Hobbes afirma que o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população

	(Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	
	C (E): Referência à honorífico seguido de nome completo do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	(...) consoante ao pensamento do antropólogo Claude Lévi-Strauss, só é possível compreender adequadamente as ações coletivas por meio do entendimento dos eventos históricos
2023.02	A (E): Referência a Constituição Federal seguido por ano de promulgação  (Adp): Paráfrase resumitiva dos direitos de cidadão	A Constituição Federal de 1988, documento jurídico mais importante do país, garante o trabalho remunerado e a dignidade humana como direitos de todo cidadão brasileiro, além de estabelecer a igualdade entre os gêneros masculino e feminino na sociedade
	B (E): Referência ao IBGE  (Adp): Paráfrase de dados do IBGE	(...) segundo o IBGE, as mulheres gastam o dobro de tempo com tarefas de cuidado, quando comparadas aos homens
	C (E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	De acordo com o filósofo Nicolau Maquiavel, o principal objetivo do governante é a manutenção do poder, deixando em segundo plano a busca pelo bem comum
2023.03	A (E): Referência à honorífico e especialização seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	A filósofa contemporânea Hannah Arendt constata, por meio do conceito denominado “Banalidade do Mal”, a tendência existente nas sociedades no que tange à naturalização das mazelas presentes na coletividade
	B (E): Referência ao IBGE  (Adp): Paráfrase de dados do IBGE	segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres se dedicaram mais que o dobro de horas semanais, em 2019, em comparação aos homens, às tarefas de cuidado

	C	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	(...) o sociólogo polonês Zygmunt Bauman define como “Instituições Zumbi” aquelas entidades que mantêm suas estruturas vigentes, contudo não cumprem adequadamente seus papéis sociais
2023.04	A	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	Um dos contos presentes no livro “Laços de Família”, de Clarice Lispector, acompanha a epifania da personagem Ana ao fugir de seus afazeres domésticos. Ela, que se via sentenciada a cuidar da casa e dos filhos, assemelha-se a muitas mulheres brasileiras, que exercem essas e outras tarefas diariamente, sem valorização e, até mesmo, sem remuneração
	B	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Rep): Citação direta com aspas	(...) como elucidado por Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se”.
	C	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra filosófica	Ademais, o cuidado não é percebido com valor de mercado. Isso, porque não é uma atividade altamente lucrativa e produtiva, do ponto de vista mercadológico, o que, segundo Byung Chul-Han em “A sociedade do cansaço”, são fatores valorizados nos dias atuais
2023.05	A	(E): Referência a Constituição Federal  (Adp): Paráfrase resumitiva de Artigo da Constituição Federal	A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da Constituição Federal, proposta no Artigo 1º. Esse fundamento pode ser garantido através do exercício do trabalho — que contribui para o desenvolvimento do indivíduo ao fornecê-lo condições para se sustentar na sociedade
	B	(E): Referência ao sobrenome seguido de honorífico e nacionalidade do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceitos filosóficos	Foucault — filósofo francês — propôs os conceitos de silenciamento e normalização, explicando que a sociedade silencia alguns assuntos para perpetuar organizações de poder e normaliza problemas sociais quando eles se tornam repetitivos

2023.06	A	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias da autora	(...) como afirma a escritora contemporânea Chimamanda Adichie, grupos minoritários são marginalizados pelo corpo social devido às características pré-estabelecidas sobre eles
	B	(E): Referência ao nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	(...) como retratado na obra de Letícia Wischezavi, “A casa das sete Mulheres” — que conta os 15 anos de Revolução Farroupilha pela visão de 7 mulheres destinadas a cuidar dos feridos
	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	(...) segundo o sociólogo Ricardo Antunes, a sociedade atual possui uma tendência de precarizar as atividades laborais, influenciada pela bolha ideológica que a isola no comportamento capitalista de luta desigual frequente
2023.07	A	(E): Referência ao nome de série  (Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo da série	A série estadunidense “Grey's Anatomy” retrata o cotidiano e as intempéries enfrentadas por um grupo de médicos em Seattle. Dentre essas, a protagonista Meredith sofre com o distanciamento de seus amigos após precisar abdicar de sua carreira de cirurgiã para cuidar de seus filhos e de sua casa, uma vez que seu marido não estava disposto a fazer o mesmo
	B	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Assim, tendo por base o filósofo alemão Immanuel Kant, o qual aponta a necessidade de educação para a mudança de comportamento e de mentalidade dos indivíduos
	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor	Entretanto, em consonância com o filósofo Darcy Ribeiro, as leis nacionais são robustas em teoria, mas ineficientes na prática

2023.08	A	(E): Referência ao nome de série  (Adp): Paráfrase resumitiva de conteúdo da série	Na série “Anne with an E”, que se passa no século XIX, é retratada a história de Anne, uma garota que luta contra os papéis sociais arcaicos atribuídos às mulheres, como a obrigação de permanecer em casa e a incumbência de realizar, de forma exclusiva, as tarefas domésticas
	B	(E): Referência a nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Rep): Citação direta com aspas	(...) segundo o alemão Albert Einstein, “é mais fácil destruir um átomo do que um preconceito
2023.09	A	(E): Referência ao título de filme  (Adp): Paráfrase resumitiva de personagem de filme	No filme nacional “Que horas ela volta?”, a empregada doméstica de origem nordestina Val é crucial para o funcionamento de uma casa. Ao mesmo tempo, a personagem é subjugada e mal remunerada por seus patrões, tendo que dormir no quarto dos fundos, por exemplo
	B	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de conceito filosófico	O conceito de “fato social”, do sociólogo Émile Durkheim, diz respeito às ações coletivas que estão arraigadas a um povo e que acontecem por si só, coercitivamente e sem questionamentos
	C	(E): Referência à honorífico seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra filosófica	Segundo a filósofa Carla Akotirene, em seu trabalho “Interseccionalidade”, os cidadãos sofrem opressão da sociedade por fatores identitários que não agem de forma independente, como idade, origem, etnia, entre outros
	A	(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor  (Adp): Paráfrase resumitiva de obra literária	Por meio de seu livro “Brasil, país do futuro” — publicado no último século — o escritor austríaco Stefan Zweig expressou a sua confiança de que a nação crescería e se desenvolvería exponencialmente.

2023.10	<p>B</p> <p>(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor</p>	<p>Nesse sentido, o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein defende que a legislação brasileira funciona somente no papel e, na prática, é ineficiente</p>
	<p>C</p> <p>(E): Referência à honorífico e nacionalidade seguido de nome e sobrenome do autor</p> <p>(Adp): Paráfrase resumitiva de ideias do autor</p>	<p>(...) o filósofo esloveno Slavoj Zizek afirma que os políticos liberais modernos priorizam interesses mercadológicos e menosprezam atitudes que beneficiem a coletividade</p>

Fonte: Elaboração Própria